



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA

Educação e Ressocialização: O desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privadas de liberdade através do Pronatec do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho

JOÃO PESSOA

2018

HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA

Educação e Ressocialização: O desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privadas de liberdade através do Pronatec do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.

Orientadora: Prof. D.ra. Mariana Lins de Oliveira

João Pessoa

2018

O48e Oliveira, Heranir Fernandes de.

Educação e ressocialização: o desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privadas de liberdade através do Pronatec do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho / Heranir Fernandes de Oliveira. - João Pessoa, 2018.

117 f. : il.

Orientação: Mariana Lins de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Políticas Públicas - educação superior. 2. Política Educacional. 3. Medidas socioeducativas - adolescentes. 4. Ressocialização - adolescentes reclusas. 5. Pronatec - IFPB. I. Oliveira, Mariana Lins de. II. Título.

UFPB/BC

Educação e Ressocialização: O desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privadas de liberdade através do Pronatec do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho

HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA

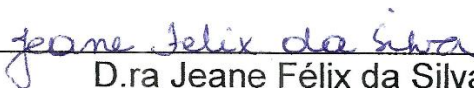
Orientadora:

Dra. Mariana Lins de Oliveira

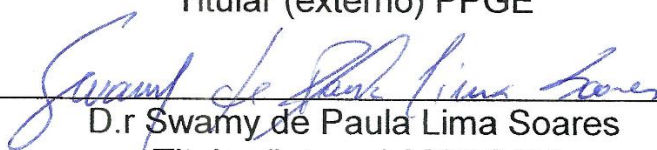
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior.



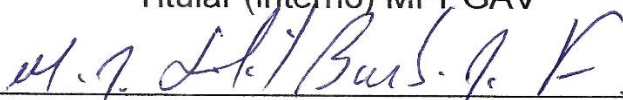
D.ra Mariana Lins de Oliveira
Orientadora (MPPGAV)



D.ra Jeane Félix da Silva
Titular (externo) PPGE



D.r Swamy de Paula Lima Soares
Titular (interno) MPPGAV



D.ra Maria da Salete Barboza de Farias
Suplente (MPPGAV)

João Pessoa, 28 de fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** acima de tudo, por ter me concedido saúde e capacidade intelectual para realizar esta dissertação;

Aos meus pais, Cecília Veríssimo e José Oliveira (*in memoriam*) pelos sacrifícios que tiveram que fazer para chegar aonde eu cheguei, e pelos ensinamentos e valores morais que deixaram, e a minha mãe de criação Geralda Miguel pela dedicação em prol da minha família;

A minha família, em especial, a minha esposa Aline Guerra e aos meus filhos Ramon e Cecília, pelo incentivo e por compreender minha ausência em determinados momentos desta jornada;

Ao corpo docente e colaboradores do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior do Centro de Educação da UFPB;

Aos meus colegas da turma 2 do Mestrado do MPPGAV pelo espírito de união e solidariedade, elementos essenciais nesta vida;

A minha orientadora, professora Mariana Lins, por acreditar no meu potencial, pelo incentivo, apoio e pela autonomia neste processo;

As adolescentes privadas de liberdade, que protagonizaram esta pesquisa e me ensinaram sobre a complexidade de ser humano e ser social;

Ao Instituto Federal da Paraíba por conceder esta oportunidade de capacitação e realização profissional em minha vida;

Por fim, a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho,

Obrigado!

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos
é apenas uma gota de água no mar. Mas o
mar seria menor se faltasse uma gota”.

(Madre Teresa de Calcutá)

“A sabedoria é a melhor guia, e a fé, a melhor companheira.
Deve-se, pois, fugir das trevas da ignorância de si mesmo e do sofrimento. Deve-se
procurar a luz da iluminação”.

(Buda)

“Não fiz o melhor, mas fiz tudo para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria
ser, mas não sou o que era antes”.

(Martin Luther King)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
BM	Banco Mundial
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
CEA	Centro Educacional do Adolescente
Cefets	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEJ	Centro Educacional do Jovem
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONIF	Conselho Nacional dos Institutos da Rede Federal
DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias
DMF	Departamento de Monitoramento e Fiscalização
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC	Formação Inicial e Continuada
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Fundac	Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
IFs	Institutos Federais
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
Infopen	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura

MNPCT	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NACE	Núcleo de Arte, Cultura e Eventos
NEEP	Núcleo de Extensão e Educação Profissional
OCDE	Organização para o Crescimento Econômico e Desenvolvimento
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDQ	Plano Nacional de Qualificação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PNAMPE	Política Nacional de Atenção às Mulheres em situação de Privação de liberdade e Egressos do sistema prisional
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proeja	Programa de Educação de Jovens e Adultos
Projovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade para Todos
Seap	Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba
SisDepen	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINE	Sistema Nacional de Emprego

UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade – Brasil - (2012-2014)	26
GRÁFICO 2- Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 3º trimestre 2017.....	30
GRÁFICO 3- Porcentagem de reincidência, países selecionados,2013.....	37
GRÁFICO 4- Variação da taxa de adolescentes em medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade por 100 mil habitantes. Ufs, regiões, Brasil, 2011 e 2012	39

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Histórico do IFPB ao longo dos anos.....	60
---	-----------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Atribuições profissionais do Pronatec-Professores.....	67
QUADRO 2 - Turmas ofertadas pelo IFPB ao Sistema Socioeducativo Fechado- Pronatec - João Pessoa.....	70
QUADRO 3- Cursos oferecidos pelo Campus João Pessoa- Regime Socioeducativo Fechado- Casa Educativa das Mulheres- (2012-2015)	71
QUADRO 4- Perfil dos gestores entrevistados.....	78
QUADRO 5- Reflexões dos gestores entrevistados sobre temas ligados ao mercado de trabalho.....	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Evolução do Orçamento-Pronatec- (2012-2017)	68
--	-----------

LISTA DE FOTOS

FOTO 1- Fachada do Cendac	72
FOTO 2 – Fachada da antiga Casa Educativa Feminina.....	73
FOTO 3- Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha	75

RESUMO

Este trabalho teve como objeto de pesquisa analisar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) desenvolvido pelo Campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba, tendo como foco as ações de formação profissional voltadas às adolescentes em regime de privação de liberdade da Casa Educativa das mulheres no período de 2012 a 2014. Nosso objetivo foi verificar a execução e o acompanhamento das ações do Pronatec a partir da narrativa dos gestores do IFPB no que diz respeito aos processos de ressocialização. Mais especificamente, buscou-se verificar as possíveis intervenções desenvolvidas pelo programa que viabilizassem, de certa forma, a inserção das adolescentes no mercado de trabalho. A relevância da presente dissertação deve-se ao fato de trazer uma reflexão sobre a questão social das adolescentes reclusas e o papel das instituições de ensino superior como mediadoras de programas considerados de inclusão social e educacional. Tratou-se de uma pesquisa com natureza qualitativa. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisas bibliográfica e documental e entrevistas semiestruturadas aplicadas a 03 (três) gestores do Instituto. Para interpretar os resultados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Após as interpretações percebeu-se no olhar dos entrevistados, a inexistência no IFPB de uma política voltada ao aproveitamento da adolescente privada de liberdade após formação pelo Pronatec ao mundo do trabalho em João Pessoa. Nesse sentido houve o desafio de propor ações que contribuam para esta efetividade. Pretende-se com esse trabalho, ressaltar também a importância de iniciativas e maior efetividade das políticas públicas de atenção a sujeitos em situação de vulnerabilidade social que possibilitem o efetivo exercício da cidadania.

Palavras-Chave: Política Educacional. Pronatec. Adolescentes em medidas socioeducativas. Ressocialização.

ABSTRACT

This study had the objective of analyzing the National Program of Access to Technical Education and Employment (Pronatec) developed by the João Pessoa Campus of the Federal Institute of Paraíba, focusing on professional training actions aimed at adolescents under deprivation of liberty of the Women's Education House from 2012 to 2014. Our objective was to verify the execution and follow-up of Pronatec's actions based on the narrative of the IFPB managers with regard to resocialization processes. More specifically, it was sought to verify the possible interventions developed by the program that would enable, in a certain way, the insertion of adolescents in the labor market. The relevance of this dissertation is due to the fact that it brings a reflection on the social question of the reclusive adolescents and the role of the institutions of superior education as mediators of programs considered of social and educational inclusion. It was a qualitative research. Data collection was done through bibliographical and documentary research and semi-structured interviews applied to three (3) managers of the Institute. To interpret the results, we used the technique of content analysis. After the interpretations, it was noticed in the interviewees' view, the non-existence in the IFPB of a policy aimed at the use of the teenager deprived of freedom after training by Pronatec to the world of work in João Pessoa. In this sense, there was the challenge of proposing actions that contribute to this effectiveness. The aim of this work is to highlight the importance of initiatives and greater effectiveness of the public policies of attention to subjects in situations of social vulnerability that make possible the effective exercise of citizenship.

Keywords: Educational politics. Pronatec. Adolescents in socio-educational measures. Resocialization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Educação transformadora	24
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA E O SISTEMA PRISIONAL.....	36
2.1 O aprisionamento e o processo educativo	39
2.2 O papel social das mulheres	42
3 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.....	45
3.1 Políticas Públicas voltadas para o adolescente em contexto de vulnerabilidade social.....	48
3.2. As políticas inclusivas e a formação para o mundo do trabalho	50
4 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O SURGIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	54
4.1 A educação profissional e a criação dos Institutos Federais	55
4.2 A implantação do IFPB	59
5 O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO.....	63
5.1 Aspectos estruturais do Pronatec	65
5.2. As pactuações do IFPB para jovens em privação de liberdade.....	69
5.3 Histórico da antiga Casa Educativa das Mulheres	72
6 DISCUTINDO OS RESULTADOS	77
6.1 O Mercado de Trabalho.....	84
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	94
ANEXO A- Turmas ofertadas pelo Pronatec (Sistema socioeducativo fechado).....	101
ANEXO B- Cursos oferecidos pelo Campus João Pessoa- Sistema Socioeducativo Fechado- Casa Educativa das Mulheres.....	103
ANEXO C- Evolução do Orçamento – Pronatec – (2012- 2017).....	104
ANEXO D- Carta de Anuência.	105
ANEXO E – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas da Saúde da UFPB.....	106
ANEXO F – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.....	110

APÊNDICE A –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	114
APÊNDICE B -Roteiro de Entrevista – Gestores.....	116
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista – Professor	117

1 INTRODUÇÃO

Início a presente dissertação com a narrativa de uma experiência pessoal que vivenciei há seis anos como professor do Pronatec, ao lecionar no Campus João Pessoa do Instituto Federa da Paraíba, para turmas de adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Abramovay apud Guareschi (2007) define situações de vulnerabilidade social aquelas nas quais determinados grupos, famílias e indivíduos encontram-se incapacitados para lidar com as circunstâncias do cotidiano da vida em sociedade e de se movimentarem na estrutura social. Circunstâncias estas ligadas a fatores econômicos, bem como a raça, etnia, sexo e gênero.

Esse tipo de experiência proporcionou para mim uma melhor compreensão e interpretação de uma realidade distante para muita gente: a da privação de liberdade. Compartilho dessa forma, o olhar e os sentimentos que percebi no contato com o mundo prisional. Que este **Relato de Experiência** seja uma oportunidade de aprendizagem para todos!.

Aquela quinta-feira 25, do mês de outubro de 2012 finalmente tinha chegado. Depois de semanas de expectativa e ansiedade, eu ia ter a oportunidade de dar aulas para um grupo de internos do Centro Educacional do Adolescente, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa. No mês seguinte a experiência seria com adolescentes em situação de risco da Casa Educativa das Mulheres, localizada na avenida João Machado, também nesta capital.

Dois grupos distintos que cumpriam medidas socioeducativas¹ determinadas pela justiça e que experimentavam o benefício da educação, uma garantia expressa no art. 205 da Constituição Federal que diz que o direito à educação é “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988).

Estes adolescentes são o reflexo de uma sociedade desigual e sofrem uma dupla privação: de liberdade e desenvolvimento. Este fato é reconhecido pelo

¹ Medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de configurarem resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo.

economista indiano Amartya Sen, autor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao afirmar que:

A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados [...] ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar da morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária) (SEN, 2000, p. 31).

Voltando a questão da prática docente, esta foi proporcionada por um programa criado em 2011 pelo Governo Federal que visa ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, o Pronatec. Na Paraíba, o Instituto Federal é um dos parceiros desse Programa.

Com o apoio da Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Fundac), órgão do governo do Estado, o IFPB se engajou no processo de oferecer formação para pessoas privadas de liberdade através do Pronatec, o que se constituiria no fortalecimento da ação educadora e social do Instituto.

Na minha primeira visita ao Centro Educacional do Adolescente me deparei com muros altos e guaritas. Para quem tinha passado por momentos de ansiedade em dar aulas naquele local, os paredões a princípio me amedrontaram. Ainda dentro do carro em frente ao CEA fiquei pensando quanto é valiosa a liberdade para os seres humanos e como muitos deles a perdem cedo. Isto me remete a ideia contida na obra *O Contrato Social*, do filósofo Rousseau, segundo a qual o homem é livre ao nascer, mas se encontra preso na sociedade.²

Depois de me identificar na portaria da unidade, estacionei o veículo no pátio da instituição. Do lado de fora, o silêncio reinava. Pouca movimentação de seguranças. E se rompesse uma rebelião enquanto dava aula aos internos? Foi um risco que deixei para trás mergulhado nos meus pensamentos, mas com a convicção de que o dever me chamava para algo mais importante.

Tão logo entrei no prédio fui levado à direção geral. Depois de ser revistado por agentes e deixar meu celular na recepção, tive uma breve conversa com funcionários que me informaram que os internos estavam sendo preparados para a aula que seria dada no auditório. De posse do meu notebook e atividades já impressas, cheguei ao auditório. O local apesar de grande, não tinha boa infraestrutura. O material exibido

² Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>>.

pelo datashow seria mostrado numa parede, sem o apoio de telão. A clareza vinda de cobogós altos era outro fator complicador.

Aos poucos o salão foi se arrumando. Várias cadeiras de plástico sem apoio para braço, dois únicos ventiladores de parede, e uma mesa improvisada eram os equipamentos que dispunha. Os internos foram chegando em pequenos grupos. Todos tomados banhos, com calção e camisa do Pronatec. Dentro do auditório, guardas faziam a segurança do local.

Um agente me confidenciou que não podiam misturar grupos rivais. Como farei trabalho em grupo? Perguntei ao guarda. Ouvi dele, que na hora os grupos iam se dividir naturalmente, tudo com a supervisão dos agentes. Outro detalhe: as canetas tinham que ser recolhidas ao final da aula. É que elas podiam virar arma dentro das celas, afirmaram os agentes.

Quando vi as cadeiras ocupadas, todos eles sentados à espera da aula, foi que pude observar melhor os internos. Vinte e um jovens que cometeram algum delito na vida e que ali estavam privados de liberdade e de outros direitos sociais. Alguns me pareciam muito jovens e outros tímidos, nem me encaravam. Que histórias de vidas eles escondiam? Que dramas eles carregavam? Provavelmente muitos vinham de lares desfeitos, famílias desestruturadas e envolvimento com drogas.

Durante as tardes que passei com os jovens, raras foram as perguntas da turma. Mas a dinâmica das aulas pedia a interferência deles. Quando questionados, respondiam de forma tímida, às vezes monossilábicas. Só quando foram separados para o trabalho em grupo, ouviram-se risadas, um burburinho maior. Uma das atividades da disciplina Introdução ao Mundo do Trabalho de minha responsabilidade foi assistir a um trecho do filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin, que fazia uma crítica a industrialização na época. A dinâmica rendeu gargalhadas dos internos.

O comportamento dos jovens, no geral, foi exemplar. Um deles ao final da aula me perguntou como faria para continuar no Pronatec, porque na semana seguinte ganharia a liberdade. A preocupação daquele interno era não interromper o curso, e conseguir o tão almejado diploma que seria um diferencial na busca por uma vaga no mercado de trabalho. Isso me deixou mais aliviado: ainda temos esperança de mudar uma realidade que parece marcada por tragédias, como a violência!

Mas a cena que mais me impressionou no contato com os jovens não estava na sala de aula (auditório), e sim, fora dela. Depois de o grupo ter sido recolhido para

as celas, juntei meu material e fui em direção a saída da unidade. Ao passar por um pátio estreito, me deparo com ambientes escuros e gradeados. Dentro deles os alunos que eu havia ensinado. Ao passar em frente as celas, mãos esticadas para fora das grades davam adeus. “Professor, o senhor volta amanhã”? perguntou um deles. Sim, respondi.

Quando cheguei ao meu carro, fiquei pensando na família que ia encontrar em casa, no riso dos meus filhos, na liberdade que eles desfrutavam, no carinho da minha esposa. Meus olhos ficaram marejados. A sensação era de que precisamos viver cada momento de nossas vidas, com responsabilidade e amor. Logo me veio a lembrança uma frase do escritor francês Antoine de Saint Exupéry “Você é responsável por aquilo que cativas”.

Passar para aqueles jovens noções de valores morais e éticos, de incentivo aos estudos e valorização da família foram algumas das tarefas que nós professores do Pronatec do IFPB também desempenhamos em sala de aula. Os ensinamentos eram passados com sutileza, para não os intimidar.

Éramos uma espécie de psicólogo. “Nós do IFPB estamos dando um empurrão na vida de vocês, agora cabe a vocês seguirem em frente e pensar no futuro que desejam” afirmei aos jovens. A turma ao final iria receber o certificado do Curso de Pintor de Obras. Uma profissão que apresentava boa demanda da construção civil, um setor naquele contexto em pleno crescimento na região e garantia quase certa de oportunidades de emprego.

No mês seguinte minha experiência pedagógica foi com internas da Casa Educativa das Mulheres, localizada na avenida João Machado, também na capital paraibana. A unidade é bem menor que o CEA.

Vinte adolescentes abrigadas em regime fechado cumpriam medidas socioeducativas. Nas fichas criminais me confidenciaram os agentes, constavam roubo, envolvimento com drogas e assassinatos. As internas estavam matriculadas no Curso de Atendente de Lanchonete.

Quando tive acesso ao local onde iria ministrar as aulas para as jovens cheguei a me assustar. Num ambiente onde funcionava uma espécie de refeitório, foram dispostas cadeiras em volta de mesas largas. Mas devido ao espaço pequeno, outro grupo de internas acabou sendo instalado numa bifurcação da sala, formando uma espécie de “L”. A dinâmica era clara: eu teria que dar aula para uma parte da sala e

depois me virar para passar o conteúdo para o outro grupo. Tudo sob os olhares de supervisoras, de policiais femininas. Além disso, tive que enfrentar a falta de um datashow. Isso foi suprido pelo meu notebook que naquela situação fui “obrigado” a utilizá-lo como uma espécie de telão.

No segundo dia de aula, a direção do presídio resolveu mudar o ambiente das aulas. Um local onde funcionava uma espécie de sala de leitura acabou sendo transformado em sala de aula. No novo espaço foram reunidas todas as jovens, mas o espaço era apertado.

As adolescentes matriculadas no curso de Atendente de Lanchonete pareciam ansiosas pelas aulas. Umas riam, outras cochichavam. Uma policial feminina precisou pedir silêncio.

Lilian, Maria, Andreza, Amanda...adolescentes que “aparentemente” seriam iguais a outras de suas idades, se não fosse a situação de fragilidade social em que se encontravam. Durante as aulas as internas se mostraram participativas. Respondiam prontamente o que se perguntava e davam respostas mais bem estruturadas que os internos do CEA.

Um fato me chamou a atenção na sala onde eu estava. Vários livros amontoados numa estante com bastante poeira. Sinal de que quase nunca eram manuseados.

A precariedade ou a falta de estrutura das unidades onde lecionei, não justifica expor um professor sem conhecimento prévio das condições de infraestrutura que irá enfrentar para o desempenho de suas atividades. Apesar de tal experiência ter acontecido no início das pactuações entre o IFPB e os parceiros demandantes, faltou por parte do órgão ofertante (Instituto) uma maior gestão na condução dessa política e sensibilidade da equipe gestora no trato desta questão com os professores.

É claro que não podemos perder de vista os desafios que se impõem a uma educação no interior do cárcere, ainda mais se considerarmos as condições de “desumanização” das prisões brasileiras.

Mas acreditamos no potencial de mudança do ser humano e na crença dos direitos individuais do homem. “A prisão é a perda do direito da mobilidade, não dos direitos de dignidade, respeito e educação” (MAEYER, 2006, p. 21).

1.1 Educação transformadora

Para o efetivo desenvolvimento da pessoa humana é fundamental a educação. A Constituição Federal de 1988 determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, e elenca a dignidade humana como um dos seus princípios norteadores. Dessa forma, a educação, por visar o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho, instrumentaliza o indivíduo na busca e aquisição dos demais direitos.

Segundo Sader (2007, p. 80), “educar é um ato de formação da consciência – com conhecimento, com valores, com capacidade de compreensão”. De acordo com Paulo Freire, a educação está intrinsecamente ligada à cidadania, a qual está relacionada ao despertar da consciência crítica, que determina o agir do ser humano no mundo, que o leva a assumir “uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço” (FREIRE, 2009, p. 100).

Este vínculo formulado por Paulo Freire foi ampliado na 5ª Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos realizada em 1997 na Alemanha. A CONFINTEA reconheceu a educação como agente capaz de modelar a identidade de uma pessoa e dar significado a sua vida. E foi mais além ao afirmar o direito à aprendizagem³ a todas os cidadãos, destacando os grupos historicamente excluídos em seu item 11 sobre alfabetização de adultos “Oportunidades de educação para todos, incluindo os afastados e os excluídos, é a preocupação mais urgente”⁴. O direito à aprendizagem das pessoas encarceradas também fundamentou as bases da Conferência.

Porém encontramos indivíduos que por várias circunstâncias foram privados dessa dignidade social, deste reconhecimento simbólico tão necessário ao ser humano, de ter uma educação capaz de provocar uma mudança em suas vidas.

Este fato fica mais evidente quando se priva uma pessoa de sua liberdade, neste caso o processo de compreensão do mundo se torna mais problemático. Estas vítimas da violência estampam a cada dia as páginas dos jornais impressos e as

³ Em termos gerais, diz-se que a aprendizagem é a aquisição de qualquer conhecimento a partir da informação que se percebe.

⁴ Declaração de Hamburgo, 1997. Disponível em:<
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000006.pdf>>. Acesso em 24 de set. 2017.

edições online, as manchetes sensacionalistas da mídia televisiva e radiofônica, refletindo um aumento da criminalidade em nosso país.

De acordo com o artigo 25 da Lei das Execuções Penais (BRASIL, 1984), uma das funções que a pena deve cumprir é a reabilitação do indivíduo, para que este possa reintegrar-se à vida em liberdade.

No entanto a noção de ressocialização dentro do sistema penitenciário é vista de forma crítica por autores contemporâneos envolvidos com a problemática das prisões. Michel Foucault (1996, p. 114) argumenta que a ressocialização não serve para reintegrar os indivíduos socialmente, mas para torná-los submissos, disciplinados para o trabalho.

Alessandro Baratta (2011, p. 183 - 184) acredita no fracasso das prisões de realizar tarefas de ressocialização. Para ele o preso sofre um processo de “desculturação”, ou seja, a perda de sua identidade cultural, responsável pela sua desadaptação às condições de vida em liberdade, pela absorção de uma subcultura carcerária.

Contudo para Moreira (2007, p. 46) a educação na prisão ganha outro significado:

Por mais paradoxal que possa parecer, devido às condições que a prisão apresenta serem mais propícias ao castigo e à humilhação, uma parcela cada vez maior da sociedade espera da prisão uma eficácia que nenhum outro setor ou instância dessa mesma sociedade (família, escola, etc.) teve quando era de sua responsabilidade educar: reabilitar jovens e adultos presos para que se tornem cidadãos úteis, produtivos e conscientes de suas responsabilidades sociais.

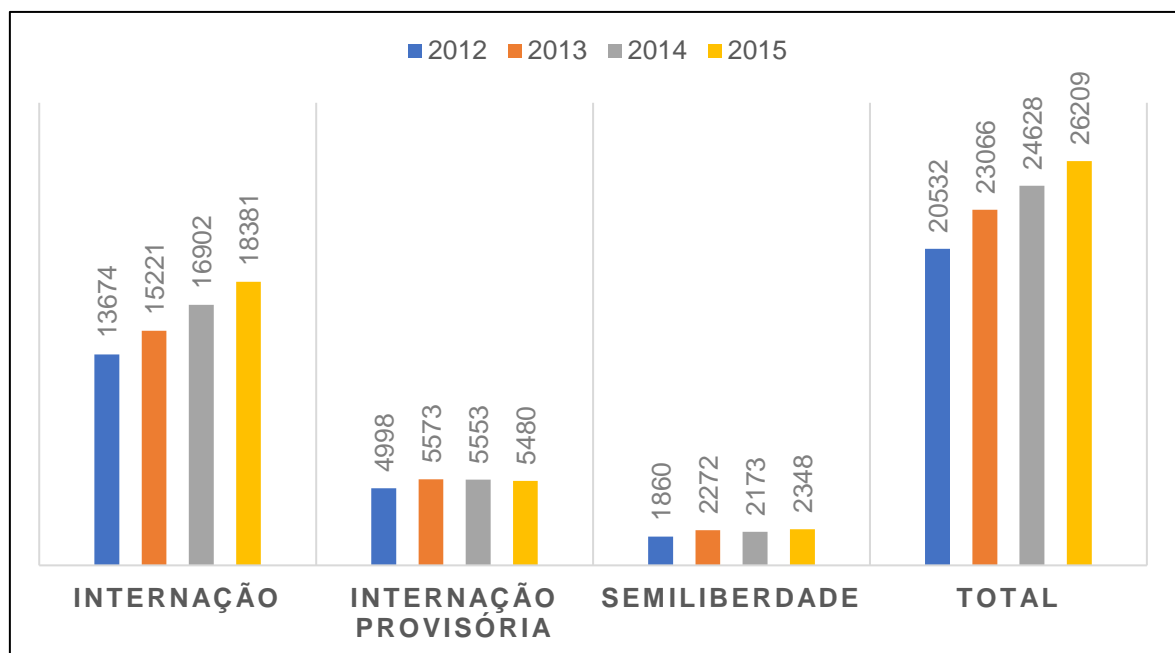
O sociólogo Fernando Salla (1999, p. 67) enfatiza a importância da educação escolar durante o cumprimento de pena para que, após esse cumprimento, o ex-presos “educado” possa abandonar a “marginalidade”. O sociólogo acredita que: “[...] por mais que a prisão seja incapaz de ressocializar, um grande número de detentos deixa o sistema penitenciário e abandona a marginalidade porque teve a oportunidade de estudar”.

Não podemos deixar de considerar os desafios que se impõem a uma educação no interior das prisões e/ou unidades de acolhimento, um espaço de perda de autonomia dos sujeitos e de dificuldades em assimilar novos conceitos, ainda mais se considerarmos as condições de “desumanização” das prisões brasileiras.

Um levantamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República referente ao ano de 2015 indica um número total de 26.209 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade no país.

Conforme o Gráfico 1 os dados do SINASE mostram uma predominância para a aplicação da modalidade de internação.

GRÁFICO 1- Adolescentes e Jovens em restrição e privação de liberdade – Brasil- (2012-2015).



Fonte: Levantamento Anual SINASE 2015.

Os adolescentes⁵ e jovens representam número significativo no interior da população brasileira. Os jovens pobres, moradores das periferias, fazem parte do contingente populacional que mais sofre violência nos centros urbanos. Nesse sentido, observa-se um esforço, nas últimas décadas, dos governos nas suas três instâncias, em criar políticas específicas para os jovens. Desta forma:

⁵Neste trabalho seguiremos as definições da Organização Pan-americana de Saúde e da Organização Mundial da Saúde- OPS/OMS para os quais a adolescência se constitui num processo fundamentalmente biológico durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 15 a 19 anos.

As ações têm se voltado tanto para o cuidado e proteção dos jovens quanto buscando intervir nos comportamentos transgressores. Conforme registra a literatura sobre o tema, esta questão surgiu, de um lado, em virtude da crise que perpassa as sociedades e das soluções que visam contorná-las, o que tem se expressado em profundas mudanças no mundo do trabalho, reconfigurando a pobreza e aumentando os graus da denominada “marginalidade”. De outro, pela associação entre a juventude e a violência, que justifica as intervenções para controlá-la (OLIVEIRA, 2015, p. 66 – TESE DE DOUTORADO).

No caso de adolescentes autores de atos infracionais o artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a aplicação de medidas socioeducativas para jovens na faixa etária entre 12 e 18 anos, podendo-se excepcionalmente, estender sua aplicação a jovens com até 21 anos incompletos. Segundo a lei, apesar de configurarem resposta a prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo. Neste caso a duração máxima da internação é de três anos, e a cada seis meses, o adolescente deverá passar por nova reavaliação.

Entre as ações e programas desenvolvidos pelo governo federal de apoio à educação em prisões e estabelecimentos que abrigam adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, está o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que se propõe a ampliar o nível de formação escolar, bem como possibilitar o ingresso/reingresso desses no mercado de trabalho.

O Pronatec foi instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e traz entre seus objetivos, atender às minorias que sofrem exclusão social e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Esta dissertação aborda um estudo sobre a temática da ressocialização e a inserção de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas na Casa Educativa das Mulheres no âmbito do mercado de trabalho na cidade de João Pessoa, tomando como base o Pronatec ofertado pelo Campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) entre os anos de 2012 a 2014. Neste período o total de beneficiadas no Campus pelo curso profissionalizante no sistema socioeducativo fechado foi de 31 adolescentes.

A delimitação por 2012 decorre do fato de ter sido neste ano que o IFPB iniciou a oferta de cursos pelo Pronatec para pessoas que cumprem medidas de privação de liberdade dentro do sistema socioeducativo fechado na Paraíba. Em 2013 não houve pactuação do Instituto Federal para oferta desses cursos, o que foi retomado no ano de 2014.

O foco pelo público feminino é devido ao grupo ser minoritário e ocupar posição de maior fragilidade em relação ao homem, papéis historicamente construídos. (ROCHA-COUTINHO, 1994).

O IFPB é uma instituição centenária que teve sua estrutura organizacional remoldada a partir da Lei 11.892 de 2008, agregando os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e as Escolas Agrotécnicas Federais.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na qual estão inseridos os Institutos Federais ao longo de suas 562 unidades em todo o país experimentam um momento de expansão e consolidação, através da interiorização dos Institutos Federais com a criação de novos campi, levando oportunidades de estudo para moradores de comunidades que nunca antes imaginaram estar frequentando uma escola.

Na busca por subsídios para este estudo, procurando informações a partir de produções acadêmicas, verificamos a existência de trabalhos relacionados à gestão do Pronatec como: Santiago (2015), e Costa (2016); e a situação de mulheres encarceradas como: Frinhani; Souza (2005) e França (2013). No entanto observamos a ausência de estudos sobre o Pronatec com foco nas adolescentes advindas do sistema socioeducativo fechado, objeto de estudo desta pesquisa.

A motivação para este trabalho de pesquisa surgiu a partir da experiência pessoal que tive no ano de 2012 como professor bolsista do Pronatec junto a adolescentes em situação de vulnerabilidade social na Casa Educativa das Mulheres, localizada na Avenida João Machado, nesta capital.

Recém-chegado no IFPB por concurso público encarei o desafio de dar aulas da disciplina “Introdução ao Mundo do Trabalho” para o curso de Atendente de Lanchonete, tarefa que alguns de meus colegas recusaram devido ao fato de que as aulas seriam dadas na casa de detenção, o que gerou certo medo e apreensão entre eles.

Durante o contato com as adolescentes percebi, nas aulas em conversas informais, que grande parte delas demonstravam interesse pelo curso profissionalizante e se mostravam confiantes num “recomeço de vida” após o cumprimento de suas penas.

Este período de aulas foi sob meu ponto de vista, de fundamental importância para as ampliações da minha visão de mundo, de sociedade e de ser humano, que

enriqueceram minha formação profissional e pessoal, bem como motivaram a realização do presente estudo conforme experiência narrada no início deste trabalho.

Transformar os espaços de privação de liberdade, a exemplo das unidades prisionais, em ambientes educativos constitui-se num grande desafio, pois o próprio conceito de prisão é um inegável obstáculo para a criação de um ambiente de aprendizagens diante de problemas como a falta de infraestrutura e superlotação carcerária.

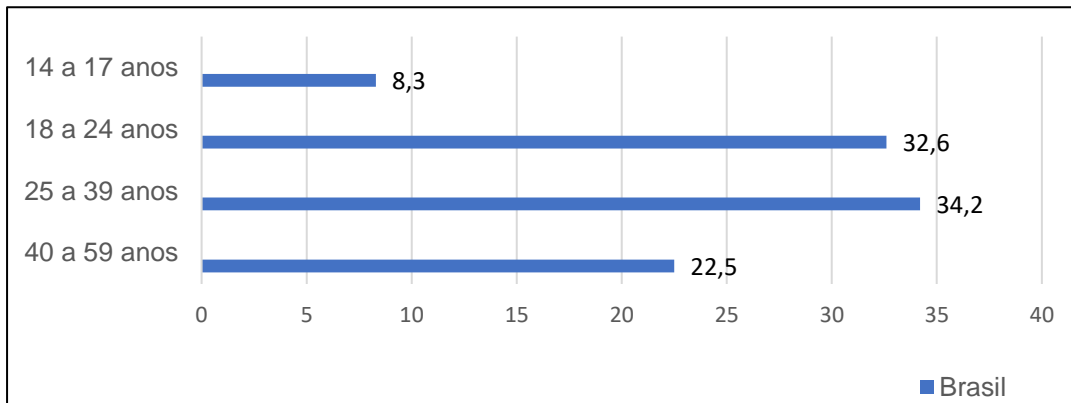
Porém entendemos que estes espaços podem contribuir para que as pessoas presas desenvolvam novas formas de compreender a realidade, e desta forma, superar os traumas e problemas que as levaram à vida reclusa.

Isso corrobora o argumento da necessidade de uma educação humanizadora na prisão, ou seja, uma educação que ao contemplar as experiências informais dos sujeitos, preocupe-se em lhes possibilitar a "[...]discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática." (FREIRE, 2009, p. 96 apud LUCENA, 2014, p. 21).

1.2 Problema de Pesquisa

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil possuía até o final de outubro de 2017 mais de 12,5 milhões de desempregados. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)⁶, relativa ao terceiro trimestre de 2017 revela que a taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos foi de 32,6% conforme Gráfico 2.

⁶Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=18037&t=destaques>>. Acesso em 23 de dez. 2017.

GRÁFICO 2- Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 3º trimestre 2017.

Fonte: IBGE, PNAD Contínua.

Segundo o levantamento, as mulheres continuam sendo as mais atingidas pela crise sobre o mercado de trabalho: 50,70% da força de trabalho feminina contra 49,30% dos homens. Uma situação que fica mais difícil quando se trata de mulheres advindas do sistema prisional que carregam consigo o estigma do preconceito.

A população carcerária, em sua maioria, é formada por indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica, que ao saírem da prisão passam a carregar o estigma de ex-presidiário, o que se torna um obstáculo a mais para a maioria dos egressos. O conceito de estigma a que estamos nos referindo é definido por Goffman (1978, p. 7) como “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”.

Com relação as mulheres, após o término do período de privação de liberdade a maior parte delas tem dificuldades em conseguir emprego, fato que pode ser explicado em parte pela baixa escolaridade desse segmento e pela falta de qualificação e, conseqüentemente, de oportunidades.

Segundo dados do Infopen em junho de 2014 existiam 5.703 mulheres em atividades educacionais formais e complementares (o que equivale a 25,3% do total de mulheres presas). No caso dos homens, essa proporção era ainda menor, somente 13,5%.

Esses obstáculos vivenciados pelas egressas na sua (re)inserção através do trabalho fazem com que elas fiquem sem perspectivas de vida, aumentando a possibilidade de volta ao crime. O fato é que o trabalho promove a inclusão social, propicia a dignidade e a autoestima, além de proporcionar geração de renda para as egressas do sistema prisional e contribui para o sustento de suas famílias.

Quanto as medidas socioeducativas vários estudos concentram-se em observar a execução destas medidas e sua efetividade na reintegração do adolescente à sociedade, ou, na melhor das hipóteses, na efetividade da reconstrução do projeto de vida do adolescente em conflito com a lei. No entanto, este universo de pesquisa carece de investigações que acompanhem o retorno do jovem a liberdade, de forma a confirmar a materialidade das políticas sociais disponíveis a este público.

Partindo do pressuposto de que o Pronatec é uma política inclusiva, que contempla em seu público adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, e que entre seus objetivos está o de “estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda” (BRASIL, 2011), faz-se necessário compreender de que forma o Instituto Federal da Paraíba pode contribuir para o retorno desse jovem a liberdade através do trabalho, apesar do encaminhamento desse ator social ao mundo do trabalho não fazer parte, formalmente, das propostas sociais preconizadas pelo Pronatec.

Portanto a partir da constatação da inexistência no IFPB de uma política inclusiva de reintegração ao trabalho do adolescente privado de liberdade na cidade de João Pessoa, tem-se o desafio de propor ações que contribuam para esta efetividade, buscando-se responder o seguinte problema de pesquisa: **Como se dão a execução e o acompanhamento das ações do Pronatec do IFPB com vistas à ressocialização e a inserção de adolescentes, que cumprem medidas socioeducativas, no mercado de trabalho?**

1.3 Objetivos

Para buscar responder à questão de pesquisa proposta, foram traçados os seguintes objetivo geral e específicos:

1.3.1 Objetivo Geral

A pesquisa realizada nesta dissertação tem por objeto de estudo o Pronatec no âmbito dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) que são cursos de pequena duração e tem por objetivo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a

atualização em todos os níveis de ensino, nas áreas de Educação Profissional e Tecnológica, Art. 3º da Lei 11.892/2008 (INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, PDI 2014).

O objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as ações do Pronatec a partir das narrativas dos gestores do IFPB que visem a ressocialização e a inserção de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no mercado de trabalho local.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Analisar a implementação e o desenvolvimento das ações do Pronatec durante os anos de 2012 a 2014 junto a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime fechado na Casa Educativa das Mulheres, na cidade de João Pessoa;

b) Identificar os possíveis desafios enfrentados pela gestão no desenvolvimento dessa ação no âmbito do Instituto Federal da Paraíba.

c) Apresentar uma proposta de intervenção no IFPB com o objetivo de acompanhar as adolescentes egressas do sistema socioeducativo fechado após a conclusão dos cursos oferecidos pelo Pronatec visando a inserção destas no mundo do trabalho.

1.4 Metodologia da Pesquisa

O desenvolvimento de uma pesquisa necessita do delineamento metodológico que deverá ser considerado, no intuito de contribuir para melhor investigar a questão estabelecida e, conseqüentemente, subsidiar o alcance dos objetivos propostos.

O enfoque predominante deste trabalho foi o qualitativo. Para Sampieri *et. al* (2006, p.09), o caráter qualitativo de uma pesquisa pode ser definido por “um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo visível, se transformam e se convertem em uma série de representações sob a forma de observações, anotações, gravações e documentos”.

Os caminhos metodológicos utilizados para traçar esta dissertação se deram através de uma pesquisa com características bibliográfica e documental. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 157) “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relacionados com o tema”. Já a pesquisa documental conforme descreve os autores, se refere à coleta de dados que podem ser documentos escritos ou não, o que se chama de fontes primárias.

O paradigma de abordagem aplicado foi o histórico. De acordo com Marconi e Lakatos (2003) o método histórico consiste na investigação dos acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar a sua influência na sociedade de hoje.

Quanto aos seus objetivos a pesquisa apresentou características descritiva e explicativa, uma vez que os fatos foram registrados e descritos e também interpretados. Para Gil (2002, p. 28) “Esse tipo de pesquisa é o que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por que explica a razão e o porquê das coisas”. Sampieri *et. al* (2006, p.102) complementa que nos estudos descritivos busca-se “especificar as propriedades, características e perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos.” Já os estudos explicativos visam estabelecer a causa do evento e do fenômeno que se estuda (*Ibidem*).

Para obter os dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas. A escolha deste recurso como estratégia metodológica dessa pesquisa se fez adequada, pois permitiu flexibilidade ao se adaptar às características dos sujeitos depoentes e circunstâncias de sua aplicação com eventuais esclarecimentos de dúvidas.

A entrevista semiestruturada, segundo Marconi e Lakatos (2003), se define como sendo um encontro realizado com a finalidade de se obter informações sobre determinado assunto, através uma conversa de natureza profissional. As autoras complementam a definição: “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (*Ibidem*, p.195).

Os riscos com a participação nesse processo de pesquisa se referem aqueles de constrangimento perante pessoas, caso a identidade dos sujeitos venha a público. Dessa forma, para garantir que esta situação não ocorrerá em hipótese alguma, os nomes dos atores sociais envolvidos na pesquisa enquanto entrevistados foram

ocultados e substituídos por pseudônimos, de modo a não identificar os sujeitos da pesquisa. A mesma foi conduzida com recursos próprios do pesquisador.

Na entrevista com os gestores foram questionados entre outros fatores: Qual a importância da adesão do IFPB ao Pronatec junto ao público prisional do sistema socioeducativo fechado?; As adolescentes em medidas socioeducativas que concluíram os cursos do Pronatec têm mais vantagem em ingressar no mercado de trabalho, do que aquelas que não chegaram a fazer um curso pelo programa?; Quanto à ressocialização destas jovens, que tipo de acompanhamento o IFPB proporciona com relação ao mercado de trabalho? e por fim, Quais as dificuldades da gestão com relação ao Pronatec?. O roteiro da entrevista com o professor conteve questões comuns à dos gestores do Pronatec.

O tratamento dos dados se deu através da análise de conteúdo que, segundo Bardin (2004) significa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (2004, p.37).

1.5 Estrutura do Trabalho

Esta pesquisa está estruturada em sete capítulos, que tem como base os documentos reguladores do Programa e a concepção de autores que discutem a temática da ressocialização, a importância da educação profissional, a política de educação das adolescentes nas prisões e o papel do Pronatec, na tentativa de compreender a formação para o mundo do trabalho das jovens encarceradas.

No primeiro capítulo está a introdução composta pelo relato de experiência, o papel da educação como agente transformador, problema da pesquisa, objetivo geral e específicos, metodologia da pesquisa e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo são enfatizados a problematização da violência, o aprisionamento e o processo educativo e o papel social da mulher.

No terceiro capítulo são destacadas as políticas públicas voltadas para adolescentes em contexto de vulnerabilidade social, a inclusão social e a formação

para o mundo do trabalho que servirão de embasamento para a análise do programa Pronatec no IFPB.

Por sua vez no quarto capítulo voltamos nosso olhar sobre a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, na qual estão inseridos os Institutos Federais, a educação profissional e a implantação do IFPB.

No quinto capítulo é feita uma caracterização do Pronatec em nível nacional e local, as pactuações do Campus João Pessoa do IFPB para jovens em privação de liberdade e o histórico da antiga Casa Educativa das Mulheres.

No sexto capítulo são apresentados e analisados os dados coletados da pesquisa, momento de grande relevância, pois evidencia a partir do olhar de um grupo de gestores do IFPB as ações de inclusão e inserção das adolescentes em regime de privação de liberdade ao mundo do trabalho.

Por fim no sétimo capítulo são apresentadas as considerações finais, resgatando os objetivos estabelecidos nesta pesquisa e trazendo contribuições no processo de inclusão ao mercado de trabalho das adolescentes em situação de fragilidade social.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA E O SISTEMA PRISIONAL

Os números da violência em nosso país não são nada animadores. Segundo o Atlas da Violência 2017, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Brasil em 2015 o número de homicídios atingiu a marca de 59.080 mortes.

Trata-se de um número exorbitante, que faz com que em apenas três semanas o total de assassinatos no país supere a quantidade de pessoas que foram mortas em todos os ataques terroristas no mundo, nos cinco primeiros meses de 2017, e que envolveram 498 casos, resultando em 3.314 indivíduos mortos. (CERQUEIRA, 2017, p. 55).

O Atlas também mostra que em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, e entre os jovens de 15 a 29 anos mais de 318 mil foram vítimas de homicídio no período entre 2005 e 2015. O documento chama a atenção para o drama social vivido por estes segmentos:

O drama da juventude perdida possui duas faces. De um lado a perda de vidas humanas e do outro lado a falta de oportunidades educacionais e laborais que condenam os jovens a uma vida de restrição material e de anomia social, que terminam por impulsionar a criminalidade violenta. (CERQUEIRA, 2017, p. 26).

Em relação a população penitenciária brasileira, este contingente já ultrapassou a marca de 700 mil pessoas em cerca de 1.500 unidades prisionais. Com este contingente o Brasil é a quarta nação com maior número de presos absoluto no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia.

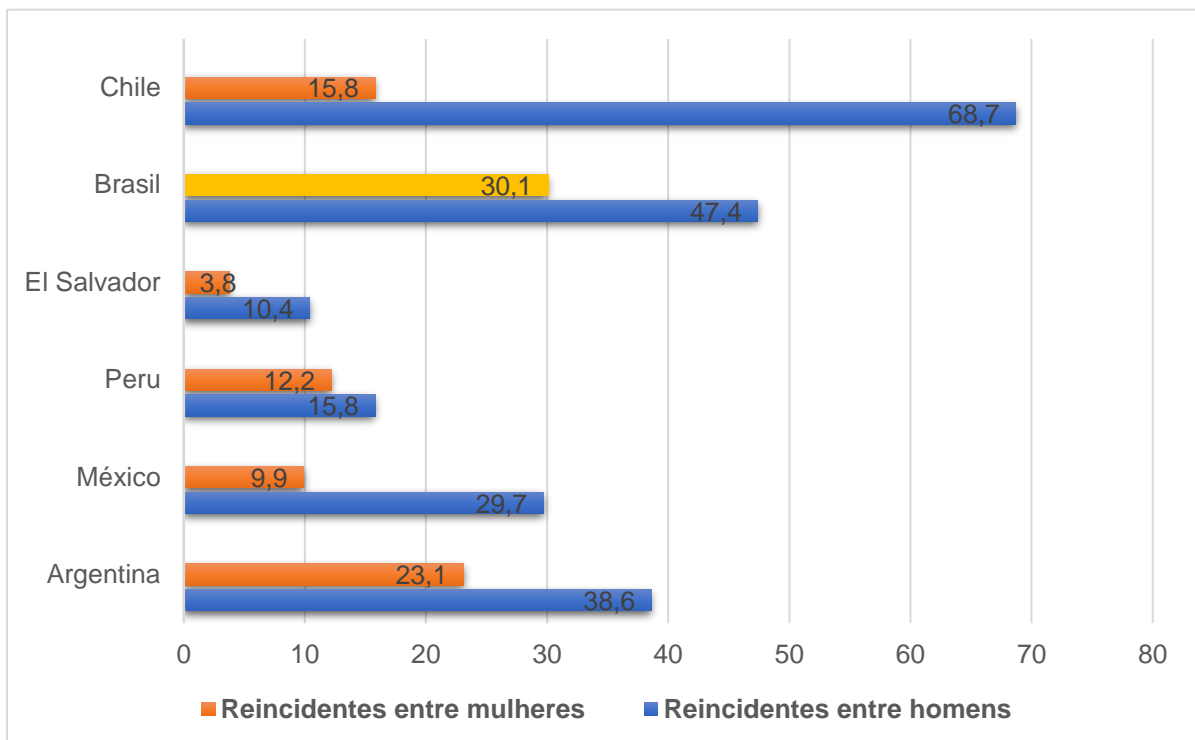
Na Paraíba o total de pessoas em privação de liberdade chega a 11.377, número que coloca o estado como o quarto com maior número de presos na região Nordeste. Esses resultados constam do último relatório do Infopen de 2016.

Outro dado importante diz respeito a reincidência dos apenados no Brasil, um tema sobre o qual residem poucos trabalhos. Entende-se por reincidente, aquele que cumpriu pena, foi solto e voltou a ser preso para cumprimento de nova pena. Em nosso país o índice é um dos mais altos da América do Sul.

De acordo com o Informe Regional de Desenvolvimento Humano (2013-2014) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a percentagem de

reincidência no Brasil em 2013 entre os homens foi de 47,4%, e de 30,1% entre as mulheres, ou seja, sem perspectiva, o preso volta a praticar crimes quando retorna ao convívio social. O Gráfico 3 mostra a porcentagem de reincidência em países da América Latina.

GRÁFICO 3-Porcentagem de reincidência, países selecionados, 2013.



FONTE: Estudio comparativo de población carceçaria (PNUD) 2013
Disponível em: <latinamerica.npd.org>.

Soma-se a isto a vulnerabilidade das nossas prisões. O próprio Governo Federal reconhece este fato ao atestar no relatório do Infopen⁷ que: “[...] o cárcere tem reforçado mecanismos de reprodução de um ciclo vicioso de violência que, como padrão, envolve a vulnerabilidade, o crime, a prisão e a reincidência [...]”. (BRASIL, INFOPEN, 2014, p. 7).

⁷Disponível em:<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 19 mar.2017.

A superlotação nas unidades prisionais é outra realidade atestada no documento do Ministério da Justiça ao afirmar que, a criação de novas vagas implica em custos econômicos e sociais elevados e que “parece que expandir o sistema indefinidamente não é possível ou desejável”. (BRASIL, INFOPEN, 2014, p. 22).

Quanto a participação de mulheres na população prisional brasileira um levantamento do Departamento Penitenciário Nacional - Infopen⁸ mostra que no período de 2000 a 2014 houve um aumento da população feminina de 567,4% - chegando ao patamar de 37.380 mulheres - contra 220,20% da população masculina no mesmo período.

O relatório do Infopen revela a prevalência de certos perfis de mulheres (baixa escolaridade, negras) no sistema prisional, revelando a discrepância das tendências de encarceramento de mulheres no país. Entre os fatores responsáveis pelo agravamento da privação de liberdade neste segmento da população, estariam segundo o relatório, à violência familiar, maternidade, nacionalidade, perda financeira e uso de drogas.

Vitimadas por um sistema capitalista selvagem e uma sociedade discriminatória, estas mulheres pertencem em grande parte a grupos sociais mais vulneráveis, com baixa ou nenhuma escolaridade, residentes de áreas periféricas que encontram em práticas ilícitas, uma forma de sustento.

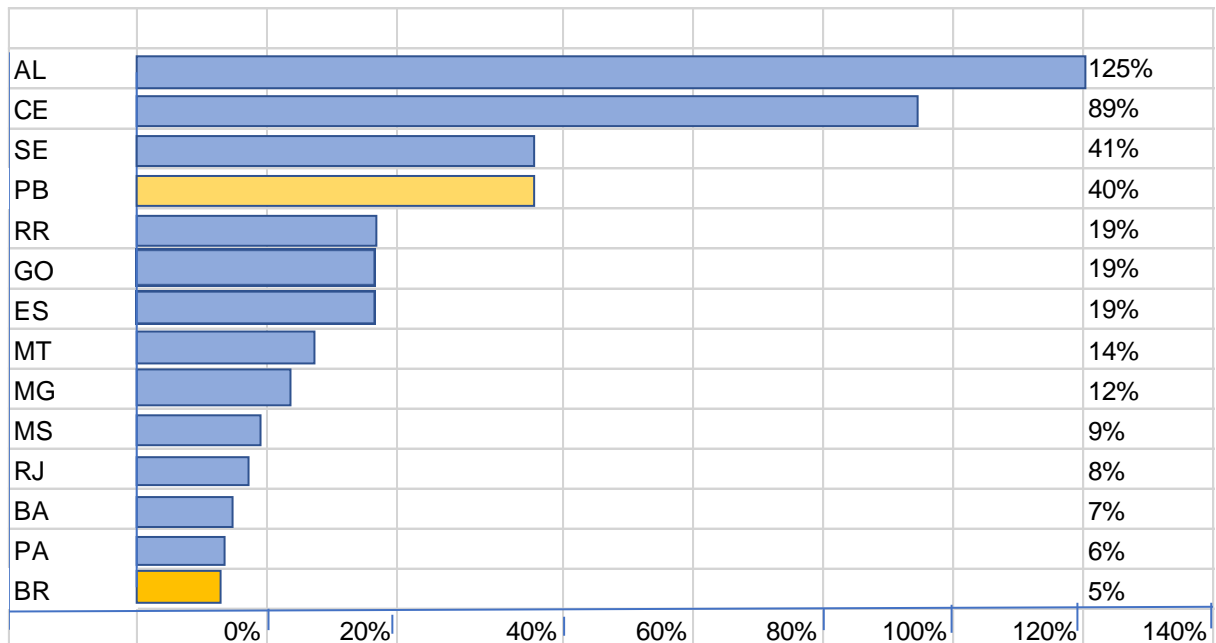
É notório que as circunstâncias de confinamento das mulheres presas e a responsabilidade do Estado pela sua custódia direta demandam do poder público ações mais efetivas, com o objetivo de garantir às mulheres encarceradas o acesso e gozo dos direitos que lhe são assegurados pela Constituição Federal e normativas internacionais.

Por outro lado o Mapa do Encarceramento: os Jovens do Brasil elaborado pela Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, mostra que em relação ao encarceramento de adolescentes internados em medidas socioeducativas de privação de liberdade, durante os anos de 2011 e 2012, a variação

⁸ O Infopen preconiza a coleta e sistematização dos dados sobre o sistema penitenciário no Brasil e a divulgação semestral no site do Ministério da Justiça. O último levantamento disponibilizado no site é de junho de 2016. Uma nova ferramenta desenvolvida em 2017 pelo Serpro para o Ministério da Justiça, o SisDepen, substitui o Infopen e ainda está sendo alimentado com dados dos estados.

no país foi de 5%. No entanto treze estados ficaram acima da média nacional, entre eles a Paraíba cujo percentual foi de 40% conforme Gráfico 4.

GRÁFICO 4- Variação da taxa de adolescentes em medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade por 100 mil habitantes. Ufs, regiões, Brasil. 2011 e 2012.



FONTE: Anuário Brasileiro de Segurança Pública e Walselz, 2015, p. 77.

Em relação aos tipos de atos infracionais, verificou-se que em 2012 o roubo representou 39% das infrações cometidas por adolescentes no país, seguido pelo tráfico de drogas (27%) e em terceiro os homicídios (9%).

2.1 O aprisionamento e o processo educativo

A história do surgimento das prisões está atrelada ao objetivo de servir como instrumento de punição. Perrot (1998, p.262) vai mais além ao analisar o modelo carcerário francês no século XIX e o sistema de exclusão social “[...] a prisão assume uma tripla função: punir, defender a sociedade isolando o malfeitor para evitar o contágio do mal e inspirando o temor ao seu destino, corrigir o culpado para reintegrá-lo à sociedade[...]”. Até o princípio do século XIX, a prisão era utilizada unicamente

como um local de contenção de pessoas – uma detenção. Não havia proposta de requalificar os presos.

Por volta de 1787 já havia a prática de impor aos apenados atividades que ocupassem seu tempo. Foi com o surgimento da pena privativa de liberdade⁹ no século XIX que ganha espaço o princípio da humanização da pena baseado no respeito à pessoa humana, à sua dignidade. A punição deixa de ser um espetáculo público, já que era visto como um incentivador da violência, e adota-se a punição fechada, que segue regras rígidas.

Mas apenas em meados da década de 1950, é que se constatou o insucesso deste sistema prisional, o que motivou a busca de novos rumos. Foi dentro desse contexto que ocorreu a inserção da educação escolar nas prisões.

Dessa maneira, ao longo do tempo a privação de liberdade passa a ser utilizada também como um período de tempo para a readequação do indivíduo para um convívio social “ajustado” segundo as normas sociais estabelecidas, e o sistema penitenciário passa a ser o local utilizado para isso.

No Brasil, em 1984, a execução penal através da Lei nº 7.210, Lei de Execução Penal (LEP) deixou clara a intenção de romper o ciclo vicioso que muitas vezes se inicia com a infração penal, passa depois pelo recolhimento à prisão e desemboca na reincidência.

A LEP mais do que criar regras sobre a adequada conduta de presos e administração penitenciária, trouxe diretrizes e obrigações, objetivando a dignidade do apenado e sua reeducação, a fim de evitar que a punição reforce o estado de exclusão social em que normalmente os presos estão inseridos.

Esta mesma lei em seu artigo 17 sobre a educação diz que “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” (BRASIL, 1984) e associa as atividades educacionais à remição da pena. Segundo a LEP, cada 12 horas de frequência escolar equivalem a um dia a menos de pena. Este processo facilitaria o retorno dos presos ao convívio social e o acesso ao mercado de trabalho.

No plano normativo nacional, a educação escolar na prisão integra a modalidade de ensino intitulada Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Lei de

⁹ Sanção que retira do condenado seu direito de locomoção, com a prisão por tempo determinado.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, define, em seu artigo 37, essa modalidade como aquela destinada “a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996).

A garantia ao direito à educação também está expressa na Política Nacional de Atenção às Mulheres em situação de Privação de liberdade e Egressas do sistema prisional (PNAMPE), instituída pela Portaria Interministerial 210, de 16 de janeiro de 2014. O artigo 4 do PNAMPE traz entre suas metas:

Acesso à educação em consonância com o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional e as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais, associada a ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas. (BRASIL, 2014, p. 2).

De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional– Infopen- em 2016, 12% da população prisional participava de alguma atividade educacional. Este índice na Paraíba era de 10%. Segundo o Relatório de Gestão do exercício de 2015¹⁰ elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional, a meta para o período de 2015 a 2019 é ampliar em 160 mil o número de pessoas presas envolvidas em atividades educacionais.

Embora haja uma normativa do Conselho Nacional de Justiça dispondo sobre as atividades educacionais complementares dos detentos para fins de remição da pena pelo estudo, este benefício não se aplica aos adolescentes em medidas socioeducativas que são regidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Quanto as mulheres, o fato é que muitas delas condenadas à prisão abandonaram ou não chegaram a frequentar a escola em razão de terem tido suas vidas marcadas pela miséria econômica, acompanhada, não raro, de situações de violência e uma submissão familiar simbólica.

Uma submissão que começa dentro de casa sob o domínio do pai e depois do casamento pelo marido. Ao longo da história o homem foi tido como ser superior e

¹⁰Disponível em:<http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/departamento-penitenciario-nacional/relatorio_de_gestao_contas_2015_depen.pdf>. Acesso em :11 maio 2017.

cabia a ele, portanto, exercer a autoridade; assim o fundamento escolhido para justificar a repressão era a superioridade masculina. (MURARO, 1975).

Desde os tempos mais remotos existia uma divisão sexual de papéis na sociedade, sendo que aos homens eram destinados os papéis de força e poder do espaço público e às mulheres eram reservadas as atividades do espaço privado, além dos papéis de fragilidade, obediência e submissão. Esta divisão é lembrada por Bordieu (2012, p. 10) ao afirmar:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço [...].

Porém, na atualidade, estes estereótipos vêm sendo desconstruídos. As mulheres exercem as mais variadas atividades, fortalecendo, assim sua liberdade de pensamento e ação.

O percurso histórico das mulheres, seja no espaço privado ou no público, vem sendo caracterizado por processos de violência, fruto de uma sociedade machista, desigual e discriminatória. Um fenômeno passível de transmissão entre gerações. Concordamos neste trabalho com o conceito de que:

Há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (WASELFISZ, 2004, p. 16 apud MICHAUD, 1989)

2.2 O papel social das mulheres

A noção moderna de dignidade possui hoje um sentido mais amplo do que no passado, atualmente se configura de forma mais universalista e igualitária. “A democracia introduziu a política de reconhecimento igualitário [...] e que regressou agora sob a forma de um estatuto igual para as diversas culturas e para os sexos” (TAYLOR, 1994, p.48).

Mas nem sempre foi assim. Nas sociedades patriarcais, as mulheres, por exemplo, eram levadas a terem uma opinião depreciativa delas próprias. Esta prática, vale ressaltar, ainda persiste, em parte, nos dias atuais.

Patti (2004, p. 29) com muita propriedade nos lembra, ao comentar esta situação: “A história revela que por vários séculos a mulher foi marginalizada, massacrada e educada para ser mãe de homens que futuramente as colocariam no lugar de oprimidas e desamparadas”.

Mas a ação do ser humano e as lutas sociais foram capazes de mudar, em alguns aspectos, a ordem social e os rumos dos acontecimentos. A capacidade dos indivíduos de transformar o mundo pelo viés da educação é lembrada por Paulo Freire ao afirmar que:

Em minha visão “SER” no mundo significa transformar e re-transformar o mundo, e não adaptar-se a ele. Como ser humano, não resta dúvida de que nossas principais responsabilidades consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança (FREIRE, 2001, p. 37).

Segundo Gramsci é possível e necessária uma reconciliação entre indivíduo e história. Com muita propriedade Médice (2007, p. 39) nos lembra que “Gramsci está convencido de que os indivíduos podem e devem tomar em suas mãos o próprio destino, reconectando-o com a história mundial[...]”.

Para Hegel (2001) a questão da dignidade humana está relacionada ao seu conceito de liberdade. Segundo ele, a dignidade é uma qualidade a ser conquistada. O ser humano não nasce digno, mas torna-se digno a partir do momento em que assume a sua condição de cidadão dentro de uma comunidade ética.

O fato é que os papéis sociais ocupados por homens e mulheres dependem do contexto histórico e das relações estabelecidas entre eles nas mais variadas dimensões. Na atualidade a mulher tem experimentado um acúmulo de papéis após suas conquistas na sociedade moderna. Desde que entrou no mercado de trabalho, e vem enfrentando o desafio de sua profissionalização, acumula mais e mais funções dentro e fora da família.

Patti (2004, p. 31) descreve: “[...] as mulheres hoje estão se sacrificando com o excesso de trabalho; a maioria das mulheres cria seus filhos e filhas sozinha, numa jornada dupla entre o trabalho e a maternagem [...]”.

Segundo Goldenderg (2000 apud QUEDNAU, 2007, p. 25) a mulher ingressou no mercado de trabalho devido “a necessidade econômica; a elevação da expectativa de consumo; as mudanças econômicas e a abertura de novos empregos; o movimento feminista; a queda da fecundidade e a expansão da escolaridade”.

A era da pós-modernidade na qual vivemos que tem como características a globalização, o capitalismo, o individualismo e a tecnologia da informação, provocou mudanças nas relações familiares.

O último Censo Brasileiro feito em 2010 revelou uma variedade de configurações familiares, entre elas a presença de famílias pobres monoparentais femininas. O Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família, sem cônjuge e com filhos, subiu de 22,2% para 37,3% no período de dez anos, de 2000 a 2010. A região mais pobre do país, o Nordeste, é onde mais aumentou a participação das mulheres chefes de família. (IBGE, 2012).

O IBGE atribui os motivos para este aumento a uma mudança de valores culturais relativas ao papel da mulher na sociedade. Entre os fatores que podem explicar este reconhecimento da mulher como responsável pela família, estariam o ingresso maciço no mercado de trabalho combinado com a redução da fecundidade.

3 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Apesar de o Brasil possuir uma legislação considerada de vanguarda o - ECA - o crescente índice de infrações cometidas por adolescentes demonstra a fragilidade e/ou incapacidade dos governantes em gerir as políticas públicas voltadas para este segmento da população. De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, a maioria dos adolescentes, 47,5%, comete o primeiro crime entre os 15 e os 17 anos.¹¹

A realidade é que a falta de apoio familiar e a desestruturação social conduzem a maior parte destes jovens ao mundo da violência. O ECA trata de um sistema variado de medidas aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional – desde a simples advertência até a internação.

O sistema de proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente revela uma preocupação em reeducar e ressocializar estes agentes. No caso de adolescentes autores de atos infracionais o artigo 112 do ECA prevê a aplicação de medidas socioeducativas para jovens na faixa etária entre 12 e 18 anos, podendo-se excepcionalmente, estender sua aplicação a jovens com até 21 anos incompletos, conforme previsto no artigo 2º do Estatuto da Criança. Segundo a lei, apesar de configurarem resposta a prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo. (BRASIL, 1990).

Segundo a lei, as medidas restritivas de liberdade devem ser aplicadas apenas aos casos mais graves, ou no caso de descumprimento de uma medida menos severa, entendendo a sua aplicação como excepcional.

A medida de internação em estabelecimento educacional é uma medida socioeducativa privativa de liberdade que impõe ao adolescente infrator limitação ao direito de ir e vir. Tal medida será aplicada por autoridade judicial, após o devido processo legal, quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. Neste caso a duração máxima da internação é de três anos, e a cada seis meses, o adolescente deverá passar por nova reavaliação. (BRASIL, 1990).

¹¹ Estudo realizado em 2012 em parceria pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ) e Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ).

A realização de atividades pedagógicas junto aos estabelecimentos voltados à recuperação dos adolescentes infratores também foi uma novidade trazida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, até então não prevista em qualquer legislação especial, e que delegou essencialmente, tal desempenho, à própria entidade de internação.

Como vimos, o ECA é um importante instrumento de proteção das crianças e adolescentes que não traz só direitos, mas, deveres para responsabilizar os adolescentes que cometem atos infracionais, institui as Medidas de Proteção e também as Medidas Socioeducativas.

Para implementar o atendimento de tais medidas foi sancionada em 18 de janeiro de 2012 a Lei Federal 12.594 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Conforme estabelece:

São seis as medidas socioeducativas aplicáveis a adolescentes julgados (as) pela prática de ato ilícito que se equipare a crime ou contravenção penal. São elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Pelo próprio conteúdo das medidas, as ações que as compõem devem sempre envolver o contexto social em que se insere o(a) adolescente, isto é, a família, a comunidade e o Poder Público devem estar necessariamente comprometidos para que se atinja o fim almejado de inclusão desse(a) adolescente. (BRASIL, SINASE, 2006, p. 32).

O SINASE é uma política pública composta por um conjunto de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, que congregam por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, assim como os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes de 12 a 18 anos, e excepcionalmente a jovens até 21 anos de idade, a quem se atribui a prática de ato infracional.

Deste modo, para o adolescente, a submissão a uma medida socioeducativa não é só responsabilização, mas, também um respeito à equidade (no sentido de dar tratamento de igualdade e individualidade a cada adolescente a quem se atribua um ato infracional), assim como, considerar as necessidades sociais, psicológicas e pedagógicas deste sujeito. Como preconiza o SINASE: “O objetivo da medida é possibilitar a inclusão social de modo mais célebre possível e, principalmente, o seu pleno desenvolvimento como pessoa”. (BRASIL, SINASE, 2006, p.28).

Ao longo do tempo os adolescentes autores de ato infracional receberam outras classificações, foram chamados de menores infratores, adolescentes em conflito com a lei, sem falar de nomes pejorativos como: trombadinhas, bandidos-mirins, dentre outros.

Essa problemática é antiga e só recebeu tratamento do Estado quando ameaçou a “ordem” instituída. Em 12 de outubro de 1927 o então presidente Washington Luiz instituiu a primeira Lei criada para “proteger” tais crianças e adolescente. O Decreto nº17.943-A, denominado de Código de Menores, consolidava as leis de assistência e proteção a menores e determinava que a obrigação de dar moradia, alimentação e as condições básicas de sobrevivência eram da família e quando esta não podia suprir, o Estado intervia como autoridade pública.

Porém, segundo Faleiros (1995, p. 63), esse código também trouxe aspectos repressivos e moralistas. Se, por um lado, previa entre outras coisas, o acompanhamento da saúde das crianças, por outro, intervinha no abandono físico e moral delas, retirando o pátrio poder dos pais; internando os abandonados socialmente e repreendendo e instituindo a liberdade vigiada aos jovens autores de infração penal.

Entre 1930 e 1945 com a instituição do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e a posterior ditadura do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, o Brasil organizou suas primeiras políticas sociais, nas quais eram reservadas atenções especiais à família e à infância, especialmente no campo da assistência social. A criação do Departamento Nacional da Criança, do Serviço de Assistência ao Menor- SAM- e da Legião Brasileira de Assistência-LBA-, marcaram o atendimento às famílias, crianças e jovens no período.

Em 1946 a Constituição promulgada após o Estado Novo aprovou entre os direitos dos trabalhadores, o salário-mínimo familiar e a proibição do trabalho de menores de quatorze anos. O artigo 164 da Carta Magna previa a obrigatoriedade, em âmbito nacional, da assistência à maternidade, à infância e a adolescência.

Faleiros (1995, p. 72) lembra que com o período democrático o cenário de atendimento à infância passou a se caracterizar pela prática política que combinava ações assistencialistas, higienistas e repressivas, com a introdução de ações de caráter mais participativo e comunitário, orientadas pela doutrina desenvolvimentista de agências internacionais.

Com o golpe militar de 1964 foi estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor- PNBEM- que introduziria a rede nacional da Fundação do Bem-Estar do Menor- FUNABEM, incorporando as atribuições e o patrimônio do SAM, extinto na presidência do general Castello Branco. Em nível estadual as políticas fixadas nacionalmente pela FUNABEM ficaram a cargo das FEBEM'S, cuja eficácia no atendimento a crianças e adolescentes em situação irregular recebeu críticas de vários setores da sociedade e de organismos como a Anistia Internacional¹².

A partir da Constituição Federal de 1988 a família juntamente com o Estado e a sociedade civil passam a ser responsáveis a garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

3.1 Políticas Públicas voltadas para o adolescente em contexto de vulnerabilidade social

O objetivo das políticas públicas é compreender e solucionar determinados tipos de problemas enfrentados pela população, cabendo ao setor público elaborar, planejar e executar tais políticas. No entanto, em muitos casos, elas não são planejadas e executadas de forma sistemática, porque os interesses das classes envolvidas são heterogêneos.

Salisbury (1995) argumenta que a política pública consiste em decisões autorizadas ou sancionadas pelos atores governamentais. Secchi (2010), admite que atores não estatais têm influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas estes não têm o privilégio de estabelecer e liderar o processo.

Rua (2009, p. 15) afirma que as políticas públicas nascem da busca de solucionar conflitos sociais, sejam eles mais ou menos acentuados, e que estes podem ser resolvidos de duas maneiras: ou pacificamente – por meio de política, ou por meio de coerção. A autora faz uma distinção entre política pública e decisão política.

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação

¹²Disponível em:< file:///C:/Users/Heranir%20Fernandes/Downloads/amr190212005pt.pdf>.

entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (RUA, 2009, p.17).

Uma política pública bem estruturada e bem avaliada proporciona um efeito positivo na sociedade na medida em que reduz seus problemas. Soma-se a isto o fato da pressão que a sociedade atual faz para uma melhor aplicação do dinheiro público e maior eficácia dos programas e serviços ofertados.

O Estado é responsável pela implantação de políticas públicas, segundo os princípios legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, impondo na prática meios necessários para que as medidas de recuperação social do adolescente atinjam a finalidade que se espera.

Esta conquista começou a ser construída a partir da década de 1960 quando o menor deixou de ser responsabilidade de instituições privadas e de alguns organismos governamentais, com a formulação de uma política nacional de atendimento e com ela a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que dentro de sua concepção organizacional teria uma fundação nacional e várias fundações estaduais. (ALVIN; VALLADARES, 1988).

Em relação às políticas públicas, o ECA preconiza que deve ser dada prioridade àquelas direcionadas aos jovens, assim, eles têm preferência na formulação e na sua execução, com isso, as políticas recebem destinação privilegiada de recursos públicos nos temas relacionados à proteção à infância e à juventude.

Somente na década de 1990, com o advento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, por conseguinte, com os cursos financiados por esse fundo, ganhou força no país, a perspectiva de estruturar cursos de qualificação profissional voltados para os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, onde se encontram os jovens em acolhimento institucional. (MTb/Sefor, 1996).

Entre os anos de 1995 e 2002, vigorou no país o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que surgiu em paralelo à rede de educação profissional e tecnológica que já existia no sistema de ensino brasileiro. Em 2003 é criado o novo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) que tinha o desafio de afirmar o seu caráter público e sua referência na qualificação profissional enquanto um direito social. (MORETTO, 2007).

A partir de 2007 houve um incremento dos cursos de qualificação no Brasil. Andrade e Eloy chamam a atenção para este fato:

A oferta de cursos de qualificação foi intensificada, principalmente, nas áreas metropolitanas, devido à diversificação da política de trabalho e a sua articulação com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as políticas de assistência social, combate à pobreza e transferência de renda e os programas de inclusão social de jovens. (ANDRADE; ELOY, 2016, p. 54).

Dentre os programas, vale destacar: o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

O Pronatec se apresenta como mais uma solução criada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) na preparação para o emprego e qualificação para o trabalho. São beneficiários do Programa uma parcela da sociedade até então “esquecida” pelo governo, dentre os quais jovens, mulheres, presidiários e principalmente os desempregados.

Desta forma o Pronatec dentro de uma política pública de qualificação do trabalhador foi pensado como um mecanismo de “incentivo” do cidadão, que apresenta a qualificação como um caminho para alcançar a empregabilidade, o emprego e a renda.

Mais adiante neste trabalho vamos detalhar melhor este programa.

3.2. As políticas inclusivas e a formação para o mundo do trabalho

Refletindo sobre o termo “inclusão” percebe-se que este é um termo amplo, utilizado em diferentes contextos, em referência a questões sociais variadas (EYNG, 2013). No entanto, de modo geral, corresponde a inserção social de pessoas que experimentam algum tipo de exclusão, em qualquer espaço social, devido a sua condição socioeconômica, gênero, raça, entre outros fatores.

A inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças. (BRASIL, DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO, 2005, p. 34).

Com muita propriedade Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 126) ponderam que:

A inclusão pode ser entendida como “um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro, fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado.[...] pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar”.

O trabalho é uma atividade indispensável à constituição de uma sociedade por encontrar-se como categoria central da atividade humana, ele estrutura a nossa relação com o mundo e com as relações sociais.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o trabalho contribui para o desenvolvimento humano, garante rendimentos e meios de subsistência, reduz a pobreza e assegura um crescimento igualitário.

Em 2015, 74 milhões de jovens (com idades entre 15 e 24 anos) estavam sem emprego no mundo. O documento afirma que “Os trabalhadores jovens não qualificados têm muito menos oportunidades de conseguir um trabalho a tempo inteiro na economia formal”. (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2015, p. 71).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) jovens em contato com atividades alternativas de lazer, esportes ou acesso ao trabalho apresentam menor índice de envolvimento com a criminalidade. Esse fato é compartilhado por pesquisas realizadas com crianças e adolescentes em situação de desvantagem socioeconômica (Rolim, 2008).

A participação de adolescentes no mercado de trabalho é um tema considerado polêmico, porque tem suscitado indagações em função da consequência que o trabalho acarretaria no desenvolvimento psicológico e intelectual e na escolarização destes indivíduos.

A pobreza tem se revelado como um fator crítico para que o jovem ingresse de forma prematura a procura de trabalho. Matsuzaki (2011) ao comentar o fato de que mais de 50% das famílias brasileiras vivem com até 01 salário mínimo, revela:

Diante da baixa renda apresentada, é com a necessidade de manter condições mínimas de vida, a família permite que o jovem se lance no mercado de trabalho como forma de aumentar a renda total e assim prover um sustento econômico financeiro para sobrevivência de seu conjunto. (MATSUZAKI, 2011, P. 26 APUD IBGE, 2014, P. 244).

Pode-se dizer que este quadro se agrava para os adolescentes em conflito com a lei, já que estes sujeitos, devido ao estigma que sofrem por causa de seu envolvimento em atos ilícitos, encontrariam maiores dificuldades em se inserirem no mundo do trabalho.

O direito à profissionalização e proteção ao trabalho do adolescente está disposto nos artigos 60 a 69 do ECA e ainda em legislação especial: Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), artigos 402 a 441; Emenda Constitucional nº 20, que alterou a redação do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005; e Portaria nº 20, de 13 de setembro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho – Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/DSST/MTE).

O ECA estabelece em seu capítulo V “O direito à profissionalização e à proteção no trabalho”, proibindo o trabalho aos adolescentes menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

De acordo com a CLT a partir dos 14 anos de idade é permitido o Contrato de Aprendizagem, o artigo 428 da referida lei diz o seguinte:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (BRASIL, CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO).

Segundo a lei o menor aprendiz tem direito ao salário mínimo hora, já que este tem jornada de trabalho diferenciada de no máximo 6 horas diárias. Outra função que pode ser exercida por menores é o estágio que não cria vínculo empregatício e pode oferecer bolsa, sendo considerado uma ‘porta’ para o mundo do trabalho.

Um novo arranjo educacional abriria novas perspectivas para a inclusão social e redução das desigualdades a partir da criação da Rede Federal de Educação. A seguir detemo-nos sobre este assunto.

4 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O SURGIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O período de 1995 a 2010 se constituiu num período de políticas públicas que repercutiram de forma favorável na expansão da Educação Superior em nosso país. O governo de Fernando Henrique Cardoso formado por uma aliança liberal-conservadora (1995-2002) foi marcado pelo foco privatista para a ES, sendo sucedido pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva formado por uma aliança liberal-popular (2003-2010).

A era do governo FHC foi caracterizada principalmente pela tentativa de estabilização da economia, condição *sine qua non* para o início do processo de crescimento verificado na era Lula. No tocante às políticas públicas para a educação superior, os dois governos impulsionaram igualmente uma importante transformação no sistema federal de ensino superior brasileiro (composto pelas universidades federais e todo o setor privado).

Gomes e Moraes (2012) lembram que durante o governo FHC as políticas de intensificação da matrícula, em especial no setor privado, deram início ao processo de transição do sistema de elite¹³ para o sistema de ES de massa, processo que continuou ao longo do governo Lula. Para os dois autores a criação de um sistema de massa se consolidaria como política de Governo.

O governo Lula articulado ao discurso da democratização da educação superior como bem público implantou uma série de políticas para ampliar o acesso em especial dos jovens e trabalhadores das classes menos favorecidas, tradicionalmente excluídas da ES.

Essa consolidação pode ser creditada às políticas adotadas como¹⁴: criação do Programa Universidade para Todos (Prouni) em 2004 que oferece bolsas integrais ou

¹³Sistema de educação que segundo Martin Trow se caracteriza por receber alunos das camadas mais altas da sociedade, já que o acesso desse grupo acontece quase que de forma exclusiva em função da origem da classe social dos estudantes, e apresenta relação direta com o nascimento e renda.

¹⁴Outros exemplos: implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES (2004); adoção do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-Reuni (2007); reformulação do FIES e incentivo a educação à distância.

parciais (50% ou 25%) para estudantes (de graduação ou cursos sequenciais) de baixa renda comprovada e histórico de formação básica em escola pública.

O surgimento dos Institutos Federais ocorrido em 2008 no governo Lula iria dar novo impulso ao setor educacional no país.

4.1 A educação profissional e a criação dos Institutos Federais

Para se falar de educação profissional é preciso fazer uma abordagem do seu contexto histórico. A economia na época do Brasil Colônia fundada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava gerou uma divisão da educação.

Para os homens livres a educação era pautada nas atividades intelectuais, enquanto para os serviçais e escravos cabia à aprendizagem de tarefas para a execução da atividade laboral. Segundo Romanelli (1986, p.33) “[...] Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada”.

A relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente por uma dupla função: preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho.

Até o século XIX o que existia era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Segundo Kuenzer (2000, p. 12) neste período foram criadas várias instituições, predominantemente no âmbito da sociedade civil, voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados. Neste sentido a educação profissional tem a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista.

O início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista para a da preparação de operários para o exercício profissional. Assim, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas “aos pobres e humildes”, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação.

Estas escolas formavam, desde a sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação que as distinguia das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares (fossem

congregações religiosas ou sociedades laicas), por governos estaduais, e diferenciavam-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federal. Em suma, as escolas de aprendizes artífices tinham prédios próprios, currículos e metodologia próprios, alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar. (CUNHA, 2000, p. 94).

As Escolas de Aprendizes Artífices destinavam-se ao ensino profissional primário gratuito, modificando a preocupação assistencialista, de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional.

Manfredi (2002, p. 83) nos lembra que a decisão de Nilo Peçanha foi em resposta a desafios de ordem econômica e política¹⁵. “As escolas constituíam eficiente mecanismo de “presença” e de barganha política do governo federal, nos Estados, junto às oligarquias locais”. Para Kuenzer (2005, p, 27) as Escolas de Aprendizes Artífices representam o marco inaugural da educação profissional no Brasil sob a responsabilidade total do Estado.

No final da década de 1930 estas Escolas deram lugar aos Liceus Industriais, que, apoiados pela Reforma Capanema¹⁶, tiveram seu ensino profissional considerado de nível médio. Posteriormente, em 1942, os Liceus tornaram-se Escolas Industriais e Técnicas e ofereciam a formação profissional em nível equivalente ao secundário.

No ano de 1959 estas Escolas passaram a categoria de autarquias e foram denominadas Escolas Técnicas Federais¹⁷. Em 1978 três delas se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica, surgindo os Cefets do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais.

¹⁵ A autora ressalta também que durante as duas primeiras décadas do século XX, no âmbito da sociedade civil, despontaram projetos de Educação Profissional diferentes dos propostos pelos setores dominantes. Entre 1902 e 1920 predominaram no movimento operário-sindical brasileiro propostas educativas dos grupos anarco-sindicalistas, que consideravam a educação um veículo de conscientização, de formação de novas mentalidades e ideais revolucionários.

¹⁶ Nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Através da Lei Orgânica do Ensino Secundário, foram instituídos no ensino secundário um primeiro ciclo de quatro anos de duração, denominado ginásial, e um segundo ciclo de três anos, o científico.

¹⁷ Em 16 de fevereiro de 1959, a Lei nº 3.552, dá uma nova organização escolar e administrativa aos estabelecimentos de ensino industrial que, mais tarde, é regulamentada pelo Decreto nº 47.038, publicado em 16 de novembro de 1959, definindo as Escolas Técnicas que comporiam a Rede Federal de Ensino Técnico, transformando-as em autarquias e em Escolas Técnicas Federais.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB¹⁸ no ano de 1994 foi instituído no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica através da Lei Federal nº 8.984. Com isso houve a transformação das Escolas Técnicas Federais em Cefets, o que iria permitir a integração das Escolas Agrotécnicas Federais a esse processo. A implantação de novos Cefets só ocorreu de forma efetiva a partir de 1999.

Dez anos depois aconteceu outra mudança:

Em 2004, a Rede Federal de Educação Tecnológica (que engloba Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e escolas técnicas vinculadas às universidades federais) ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica. Por sua vez, as Escolas Agrotécnicas Federais recebem autorização excepcional para ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação, fortalecendo a característica dessas instituições: a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação. (INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, PDI, 2014, p.15-16).

Em dezembro de 2008 a lei que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifs), foi publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. Os novos Institutos foram criados a partir da adesão de 75 instituições, dentre as 102 que poderiam optar. Os Ifs foram formados pelas Escolas Agrotécnicas, 31 dos 33 Cefets e 8 das 32 Escolas Vinculadas.

Os Institutos Federais são, portanto, instituições que apresentam uma estrutura diferenciada, uma vez que foram criadas pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva com o propósito de fomentar o desenvolvimento local e regional, além da transferência de tecnologia e inovação para a sociedade, como constatado na lei de criação das referidas instituições, qual seja: a lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O artigo 6º da lei traz entre outras finalidades e características dos Institutos Federais:

¹⁸O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá ser encaminhado ao MEC. Para outras informações acesse: http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm.

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008).

De acordo com o PDI do IFPB a expansão dos Institutos Federais busca atender a três dimensões: a dimensão social, ao abranger municípios populosos com baixa receita per capita; a dimensão geográfica, interiorizando a oferta pública de educação profissional e ensino superior; e a dimensão de desenvolvimento, ao identificar e estimular Arranjos Produtivos Locais¹⁹.

Dessa forma percebe-se que os Institutos Federais são anunciados como uma espécie de “revolução” para a educação profissional e tecnológica. Ao mesmo tempo verifica-se sua prioridade integrada ao capitalismo moderno, de formação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento do país.

Esta expectativa de resultados transformadores converge à crítica de Frigotto (2010), sobre uma errônea crença de que o Brasil encontra seu caminho para o desenvolvimento e eliminação das desigualdades, não pelo incentivo ao conflito de classes, mas pela equalização do acesso à escola e pelo alto investimento em educação.

Percebe-se também no histórico dessa instituição várias transformações em sua missão institucional. De acordo com a concepção de autores como Cunha (2010) a primeira missão consistiu em capacitar os chamados “desvalidos da sorte”, o que na época significava oferecer capacitação para a execução de um ofício, em nível de hoje conhecido como ensino fundamental. Nos dias de hoje, estas instituições se voltam para os dois níveis de educação no Brasil: a educação básica e o ensino superior.

¹⁹ Os APLs são aglomerações territoriais de empresas, geralmente pequenas e médias, nas quais os agentes econômicos compartilham uma atividade econômica e relacionam-se com agentes sociais e políticos vinculados a essa atividade.

Mas de acordo com Otranto (2011, p. 12) as escolas profissionalizantes não estavam preparadas para serem transformadas em instituições de educação superior, com as funções, direitos e deveres de uma universidade. “[...] as atribuições dos IFs vão além daquelas determinadas para as universidades, mas terão que ser desenvolvidas fora da estrutura universitária”. Os reflexos desse modelo educacional acarretariam problemas como os de cunho didático-administrativos.

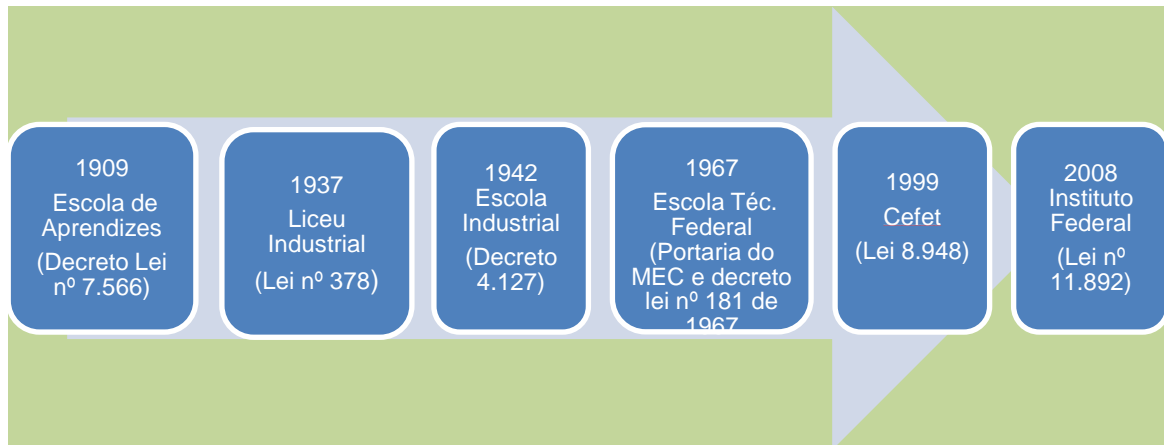
Para serem equivalentes às Universidades, os IFs têm que oferecer ensino superior, pesquisa e extensão dentro dos padrões de qualidade que a maioria das universidades oferece, além do ensino médio, ensino técnico e educação de jovens e adultos. São muitas as atribuições para uma só instituição. Só o tempo poderá nos informar se ela conseguirá atuar em tantas frentes, com a qualidade esperada. (OTRANTO, 2011, p. 13-14).

Segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (CONIF) até o final de 2017, a Rede Federal era composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros de Educação Tecnológica e o Colégio Pedro II, contabilizando 644 unidades em todo o país. Juntas, essas instituições atendem a mais de um milhão de jovens e adultos, da formação inicial e continuada à pós-graduação.

4.2 A implantação do IFPB

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba tem mais de cem anos de história. Ao longo desse período recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba com a edição da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. (INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, PDI, 2014).

O histórico do IFPB pode ser conferido na Figura 1.

FIGURA 1- Histórico do IFPB ao longo dos anos

FONTE: Elaborado pelo autor, 2017

Os primeiros cursos oferecidos na época da Escola de Aprendizizes Artífices (instituição que se assemelhava a um centro correcional) foram os de Alfaiataria, Marcenaria, Serralheria, Encadernação e Sapataria. A Escola de Aprendizizes foi instalada inicialmente no Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, e depois se transferiu para o edifício construído na Avenida João da Mata, onde funcionou até os primeiros anos da década de 1960.

De acordo com o histórico do IFPB contido no PDI da instituição, quando a Escola de Aprendizizes foi elevada à categoria de Escola Industrial esta unidade se instalou no prédio localizado na Avenida Primeiro de Maio, bairro de Jaguaribe. Nessa fase, a Instituição tinha como único endereço a capital do estado. Ao final da década de 1960, ocorreu a transformação em Escola Técnica Federal da Paraíba e no ano de 1995, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras - UNED-CJ.

Em 1999 com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – Cefet - PB, a Instituição apresentou um processo de expansão de suas atividades, passando a contar, além de sua Unidade Sede, com o Núcleo de Extensão e Educação Profissional - NEEP, que funcionou na Rua das Trincheiras, e com o Núcleo de Arte, Cultura e Eventos - NACE, localizado no antigo prédio da Escola de Aprendizizes Artífices ambos no mesmo município.

Foi nessa fase, a partir do ano de 1999, que o atual Instituto Federal da Paraíba, começou o processo de diversificação de suas atividades, oferecendo à sociedade desde a educação básica, ensino médio, ensino técnico integrado e pós-médio à educação superior (cursos de graduação na área tecnológica), intensificando também as atividades de pesquisa e extensão. (INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, PDI, 2014, p. 19-20).

Ainda como Cefet ocorreu, em 2007, a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Campina Grande (UNED-CG) e a criação do Núcleo de Ensino de Pesca, no município de Cabedelo.

Com o advento da Lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFPB se consolidaria como uma instituição de referência em educação profissional na Paraíba. Além de oferecer os cursos chamados de “regulares”, o Instituto também oferta cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de extensão.

Segundo o PDI, O IFPB possui autonomia administrativa, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, sendo equiparado às universidades federais no que diz respeito aos mecanismos de regulação, avaliação e supervisão da instituição.

Atualmente o IFPB está presente em todas as regiões geoadministrativas da Paraíba com 21 unidades. São 15 Campi (João Pessoa, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel, Santa Rita e Sousa). A instituição conta com 5 Campi avançado (Cabedelo-Centro, João Pessoa-Mangabeira, Soledade, Areia e Pedras de Fogo), possui também 1 Centro de Referência instalado na cidade de Santa Luzia.

Pelo Instituto Federal da Paraíba passam mais de 28 mil alunos que são atendidos por uma política de assistência estudantil, através dos auxílios alimentação, transporte, moradia e bolsa de iniciação ao trabalho. A instituição conta atualmente com mais de 2 mil e 300 servidores, entre técnico-administrativos e professores.

O IFPB oferece 82 cursos técnicos, sendo 49 na modalidade integrado e 33 na modalidade subsequente, além de 39 cursos de graduação, 5 cursos de pós-graduação Lato Sensu e 1 curso Stricto Sensu. Também são ofertados 14 cursos na modalidade a distância, sendo dois cursos técnico subsequente, três de graduação e um de pós-graduação.

O Instituto também atua na educação de jovens e adultos, através de programas que reforçam o cumprimento da sua responsabilidade social, por meio do

Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Programa Mulheres Mil e Pronatec.

De acordo com o PDI o Instituto Federal da Paraíba tem entre outras finalidades: ofertar educação profissional e tecnológica, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; e promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior.

Entretanto, o desenvolvimento econômico, no sistema capitalista, não garante o acompanhamento do desenvolvimento social. Sabe-se que uma das principais características do capitalismo é a desigualdade social (ANTUNES, 2002). Este mesmo sistema torna a educação um instrumento de mercado.

Compartilham este raciocínio Kuenzer (1997) e Frigotto (1993). Este último é enfático ao afirmar que a educação não apenas passa conhecimentos para o mercado, mas também articula e desarticula outros conhecimentos para os interesses dominantes prevalecerem.

Diante do exposto, nos propomos ressaltar que este papel da educação atrelada aos interesses do capital, leva a perpetuação desse sistema capitalista selvagem. Faz-se necessário levantar, portanto, as críticas para que este ciclo de subserviência se rompa e se proponha uma educação que alcance a todos, e que ela seja um dos principais agentes no processo de construção da cidadania.

Na busca em oferecer aos jovens um futuro profissional com mais oportunidades o governo federal lançou o Pronatec, programa que detalhamos melhor na seção seguinte.

5 O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

O Pronatec foi instituído pela ex-presidente Dilma Rousseff através da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, porém só passou a ser efetivado em 2012 como política de governo. O parágrafo único do artigo 1º elenca os objetivos do Programa:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011).

O artigo 2º da referida Lei indica o público prioritário a ser atendido pelo Pronatec:

- I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
 - II - trabalhadores;
 - III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
 - IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.
- § 1º - Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.
- § 2º - Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.
- § 3º - As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e **adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**.(BRASIL, 2011, grifo nosso).

Observa-se que o Pronatec tem em sua base legal a intenção de promover o atendimento às minorias que sofrem exclusão social e, também, as pessoas em situação de vulnerabilidade social, principalmente por fatores socioeconômicos.

De acordo com o dispositivo legal este programa poderá atuar tanto na oferta de cursos de formação inicial e continuada(FIC) - que têm como foco uma formação específica e comportam uma carga horária de no mínimo 160 horas - quanto na oferta de cursos técnicos de nível médio.

A coordenação do Pronatec fica a cargo da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O financiamento é atribuído para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desse modo, as funções de gestão e financiamento encontram-se controladas nas instituições ligadas ao poder central.

Entre as instituições que operacionalizam o Pronatec encontram-se as ofertantes e as demandantes²⁰. De acordo com a Lei que institui o Programa são parceiros demandantes vários ministérios, tais como: Educação, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho, dentre outros.

Os parceiros ofertantes são: os Serviços Nacionais de Aprendizagem, mais conhecidos como Sistema “S” (SENAC, SENAI, SENAR e SENAT), as Instituições públicas e privadas de ensino superior, Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Institutos Federais, CEFETs, escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais e Colégio Pedro II) e fundações públicas de direito privado dedicadas à educação profissional e tecnológica.

O Instituto Federal da Paraíba, integrante da Rede Federal, é responsável por ministrar os cursos e ofertar material didático e fardamento. A Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba e Secretaria do Estado de Desenvolvimento Humano, e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ligados a Prefeitura Municipal estão entre os órgãos públicos responsáveis pela seleção e encaminhamento dos beneficiários, ou seja, aqueles que, uma vez selecionados, são encaminhados para participar dos cursos.

Em 2013, o programa foi expandido para o sistema penitenciário brasileiro, com o lançamento do Pronatec Prisional²¹, passando a ofertar vagas em cursos profissionalizantes para as pessoas presas em todos os regimes - fechado,

²⁰ Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/pronatec/instituicoes-parceiras>>. Acesso em 20 set. 2017.

²¹Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18442:acordo-preve-formacao-para-pessoas-privadas-de-liberdade&catid=209&Itemid=86>. Acesso em: 10 maio 2017.

semiaberto e aberto, além de egressos do sistema prisional e pessoas em cumprimento de alternativas penais.

Entre os anos de 2011 a 2014 em todo o Brasil²², o Pronatec matriculou mais de 8.000.000 (oito milhões de estudantes) em cursos de formação inicial e continuada. Em 2015 foram cerca de 1,2 milhão e em 2016 houve apenas 418 mil inscritos, uma redução significativa no número de matrículas justificada pelo governo federal com base na crise econômica e no ajuste fiscal.

No primeiro semestre de 2015 o Pronatec já registrava uma queda de 67% na transferência de verbas do governo federal. Segundo dados do Portal da Transparência a queda nos repasses refletia o corte de R\$ 69,9 bilhões no orçamento da União em 2015. A educação foi a terceira pasta mais afetada apesar do slogan “Pátria Educadora” ter sido lançado pela ex-presidente Dilma naquele ano. A educação amargou uma redução de R\$ 9,4 bilhões em seu orçamento²³.

Em 2015 o orçamento do Pronatec chegou a R\$ 4,6 bilhões e em 2016 com os cortes no orçamento chegou a R\$ 950 milhões, efeito imediato das medidas de contingenciamento do governo interino do presidente Michel Temer.

5.1 Aspectos estruturais do Pronatec

A composição de Recursos Humanos envolvida na atuação do Pronatec é regida pela Resolução nº 04, de 16 de março de 2012. O artigo 12 deste dispositivo diz o seguinte:

As instituições da Rede Federal de EPCT poderão, conforme art. 9º da Lei nº 12.513/2011, conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades da Bolsa-Formação, em jornada extraordinária ao seu contrato de trabalho, que deverão ter formação e experiência compatíveis com as responsabilidades relativas às seguintes atribuições: I - coordenador-geral da Bolsa-Formação; II - coordenador-adjunto; III - supervisor de curso; IV - professor; V - apoio às atividades acadêmicas e administrativas; e VI - orientador.

Quanto a seleção de professores, supervisores, apoio às atividades acadêmicas e administrativas e orientadores, para servidores ativos e inativos da

²²Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 10 maio 2017.

²³ Disponível em:< <http://noticias.r7.com/brasil/mec-reduzira-vagas-do-pronatec-e-do-ciencias-sem-fronteiras-26052015>>. Acesso em: 12 maio 2017.

Rede Federal de EPCT, o artigo 14 da Resolução nº 04/2012 estabelece que esta ocorra através de edital institucional de extensão.

Em caso de a seleção contemplar bolsistas não pertencentes ao quadro de servidores da Rede Federal, deve ocorrer por intermédio de processo de seleção pública simplificada, por edital, em conformidade com a exigência de formação adequada para o desempenho das respectivas atribuições.

O artigo 14 também traz as determinações sobre a atuação e concessão das bolsas aos profissionais envolvidos no Pronatec da Rede Federal, com as seguintes condições:

- I - a carga horária semanal de dedicação ao programa para profissionais que não pertencem ao quadro de servidores ativos e inativos das instituições da Rede Federal de EPCT ficará limitada a 20 horas semanais, salvo a função de professor, que ficará limitada a 16 horas (de 60 minutos) semanais;
- II - no caso de bolsista servidor ativo ou inativo do quadro permanente da Rede Federal ou de outra rede pública, a bolsa só poderá ser concedida mediante autorização do setor de recursos humanos da instituição à qual o servidor for vinculado;
- III - no caso de bolsista servidor da Rede Federal ou de outra rede pública descrito no inciso II deste artigo, a bolsa ficará limitada a um máximo de 20 horas semanais, salvo a função de professor, que ficará limitada a 16 horas (de 60 minutos) semanais;
- IV - na função de professor da Bolsa-Formação, o servidor ativo da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) só poderá atuar e receber bolsa no limite da mesma carga horária regular em que desempenha em sala de aula na instituição,
- V - O número de bolsistas e a carga horária de cada um deverão ser compatíveis com a quantidade de beneficiários da Bolsa- Formação do Pronatec, conforme o § 1º do art. 6º desta resolução.

De acordo com o Artigo 15 da mesma resolução o pagamento dos bolsistas que integram a equipe do Programa obedece aos seguintes valores por hora de trabalho: R\$ 50,00 (cinquenta reais) para Coordenador-geral e Professor, R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais) para Coordenador-adjunto, R\$ 36,00 (trinta e seis reais) para Supervisor de curso e Orientador, e R\$ 18,00 (dezoito reais) para quem atua no Apoio às atividades acadêmicas e administrativas. Também é previsto na resolução o subsídio da assistência estudantil para fins de alimentação e transporte dos estudantes.

Entre as atribuições inerentes aos professores no âmbito do Pronatec, estes bolsistas são responsáveis em planejar conteúdos que se adequem ao curso de atuação de forma que atenda ao perfil de formação desejado. Tem entre suas obrigações, proceder as avaliações de aprendizagem e, quando convocados,

participarem de encontros pedagógicos. O professor é de fato o profissional que terá mais tempo de relacionamento com os estudantes, o que é relevante para o processo de permanência do estudante na escola. O Quadro1 mostra as atribuições dos Professores no âmbito do Pronatec.

QUADRO 1– Atribuições profissionais bolsistas do Pronatec – Professores

Profissionais	Atribuições
Professores	a) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las aos beneficiários da Bolsa-Formação; b) adequar a oferta dos cursos às necessidades específicas do público-alvo; c) registrar no SISTEC a frequência e o desempenho acadêmico dos estudantes; d) adequar conteúdos, materiais didáticos, mídia e bibliografia às necessidades dos estudantes; e) propiciar espaço de acolhimento e debate com os estudantes; f) avaliar o desempenho dos estudantes; e g) participar dos encontros de coordenação promovidos pelos coordenadores geral e adjunto.

FONTE: Adaptado da Resolução FNDE/CD/nº04, de 16/03/2012, art.13.

As atribuições dos outros profissionais envolvidos nas atividades da Bolsa-Formação do Pronatec como: Coordenador-geral, Coordenador-adjunto, Supervisor de curso, Orientador e Apoio às atividades acadêmicas e administrativas estão descritas no artigo 13 da Resolução nº 4, de 16 de março de 2012.²⁴

com relação à questão curricular os cursos são montados de acordo com o que prevê o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos²⁵, assim como o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada²⁶. Ao todo o Pronatec oferta 646 cursos de qualificação e 220 cursos técnicos.

No Plano Pedagógico dos cursos pelo Pronatec, além das disciplinas técnicas, há a preocupação em inserir na matriz curricular componentes que irão auxiliar na

²⁴https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2012&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC

²⁵http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192

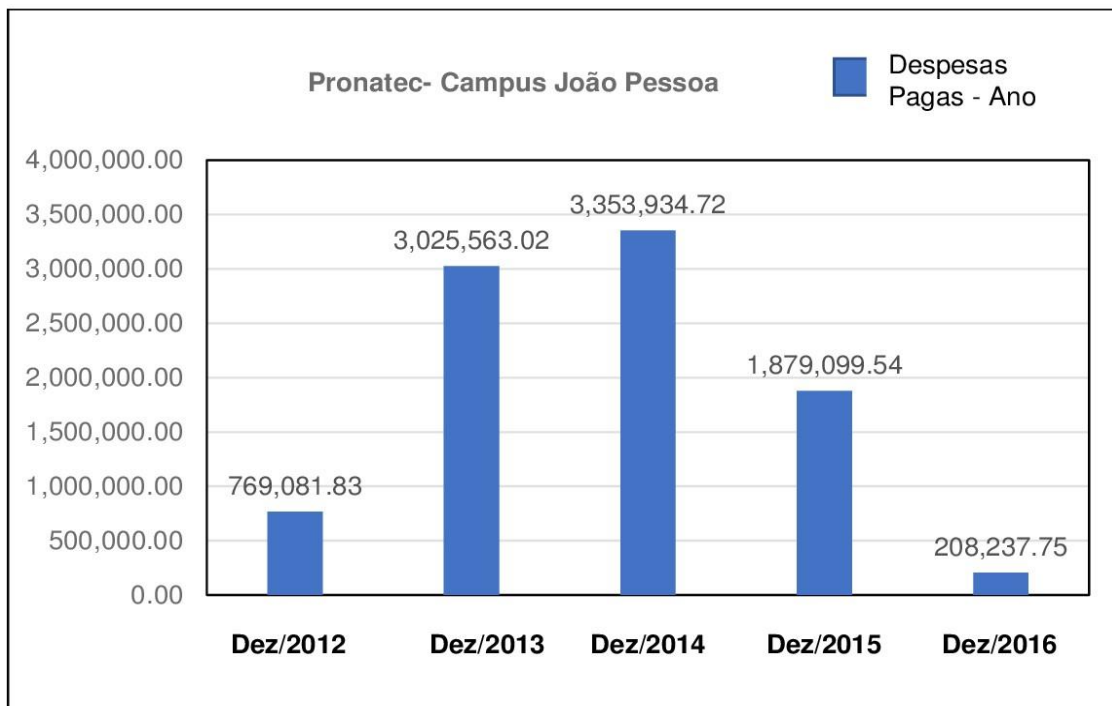
²⁶ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&Itemid=30192

formação humana, promovendo desta forma um resgate da autoestima desse cidadão.

Aos beneficiários da Bolsa-Formação são assegurados também acesso às infraestruturas da Instituição ofertante dos cursos do Pronatec: educativas (bibliotecas, laboratórios), recreativas e esportivas.

Quanto aos recursos financeiros do Pronatec, o montante das despesas de custeio do Campus João Pessoa no período de 2012 a 2017 foi de R\$ 9.235.916,86. Segundo relatório do Departamento Financeiro da instituição nos dois primeiros anos de atividade do Programa do governo federal, houve um aumento nas despesas pagas, porém foi verificada uma diminuição significativa a partir do ano de 2014 nos valores do Campus com o Programa, conforme Tabela 1 (ANEXO C).

TABELA 1- Evolução do Orçamento – Pronatec (2012 – 2017)



FONTE: Departamento Financeiro do Campus João Pessoa do IFPB

Segundo o Departamento Financeiro do Campus João Pessoa no ano de 2017 não houve repasse de recursos do governo federal para o Pronatec, o que implica dizer numa espécie de “desmantelamento” não oficial do Programa.

Para gerenciar um programa tão complexo e dinâmico como o Pronatec é fundamental utilizar recursos oferecidos pela tecnologia da informação. No âmbito do Pronatec são utilizados o sítio²⁷ do próprio programa na internet, onde é possível visualizar várias informações, como cursos e editais.

Outra ferramenta usada é o SISTEC, um sistema gerenciador das informações relacionadas à execução do Pronatec, como o registro de presença e desempenho escolar dos beneficiários, além de outros dados importantes, conforme consta em seu Manual²⁸ de operacionalização. Por outro lado, as informações relacionadas a procedimentos orçamentários e financeiros são lançadas através do SIAFI, o Sistema de Administração financeira do governo federal.

5.2. As pactuações do IFPB para jovens em privação de liberdade

O Instituto Federal da Paraíba uma instituição com mais de 100 anos de existência, tem como uma de suas metas de acordo com o PDI²⁹, honrar o compromisso de participação efetiva nas ações sociais, cumprindo seu papel de agente transformador da sociedade.

Foi através deste pensamento que, em 2011, começou a ser estruturada uma parceria entre a Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba (Seap) e o IFPB para a ressocialização de presos através de ações de capacitação profissional.

Em 2012 a ideia saiu do papel e se concretizou através de um convênio assinado entre o Governo do Estado e o Instituto Federal da Paraíba. Conforme notícia publicada no portal do IFPB em fevereiro deste mesmo ano, o então reitor, João Batista de Oliveira Silva, e o Secretário da Administração Penitenciária da Paraíba na época, Harrisson Targino, firmaram um convênio no qual os familiares de detentos paraibanos passariam a ter o auxílio do IFPB em processos de capacitação profissional.³⁰ Era um primeiro passo para beneficiar, mesmo que de forma indireta, esse segmento até então esquecido pelos poderes públicos locais.

²⁷<http://portal.mec.gov.br/pronatec>

²⁸http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_operacao_sistec_bf.pdf

²⁹Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>>. Acesso em 10 maio 2017.

³⁰Disponível em: <<https://editor.ifpb.edu.br/reitoria/noticias/ifpb-assina-convenio-que-vai-capacitar-familiares-de-detentos-paraibanos>>.

Os cursos ofertados pela Pró-Reitoria de Extensão do IFPB - localizada na Rua das Trincheiras, na capital - foram inicialmente na área de Informática Básica, através da Unidade de Inclusão Digital, e as aulas voltadas para familiares de detentos que cumpriam penas em João Pessoa. Os cursos faziam parte do programa de ressocialização do Governo do Estado “Cidadania é Liberdade”.

Ainda em 2012 o IFPB através de uma parceria do Pronatec com a Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Fundac), iniciou a oferta de cursos profissionalizantes - curso de Formação Inicial e Continuada -para jovens e adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas.

Vale ressaltar que a Fundac coordena em nível estadual a Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, como também é responsável ao atendimento realizado aos adolescentes em medida socioeducativa no Estado.

De acordo com relatório da coordenação do Pronatec, as unidades que prestaram atendimento aos adolescentes em medidas socioeducativas no ano de 2012 e que foram beneficiadas inicialmente pelos cursos FIC oferecidos pelo Campus João Pessoa do IFPB foram: o Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE), o Centro Educacional do Jovem (CEJ) e a Casa Educativa das Mulheres.

O Quadro 2 construído a partir do relatório da coordenação do Pronatec (ANEXO A) apresenta as pactuações feitas pelo IFPB ao Sistema Socioeducativo Fechado em João Pessoa. Pelos dados verifica-se que as pactuações do Instituto Federal para o referido sistema iniciaram em 2012, em 2013 e no período 2014.1 tiveram interrupção e voltaram a serem feitas no segundo semestre de 2014.

QUADRO 2 – Turmas ofertadas pelo IFPB ao Sist.Socioeducativo Fechado - Pronatec João Pessoa

Pactuação 2012	Pactuação 2013	Pactuação 2014.1	Pactuação 2014.2
Centro Socioeducativo Edson Motta (CSE)	Não houve pactuação	Não houve pactuação	Centro Socioeducativo Edson Motta (CSE)
Centro Educacional do Jovem (CEJ)			Centro Educacional do Jovem (CEJ)
Casa Educativa das Mulheres			Casa Educativa das Mulheres
Cursos Ofertados			Cursos Ofertados
Pintor de Imóveis 40 alunos matriculados			Pintor de Obras 16 alunos matriculados

Quadro 2			Continuação
Aplicador de Revestimento Cerâmico 20 alunos matriculados	Não houve pactuação	Não houve pactuação	Aplicador de Revestimento Cerâmico 20 alunos matriculados
Atendente de Lanchonete 20 alunas matriculadas			Recepcionista 11 alunas matriculadas

FONTE: Elaborado pelo autor, 2017

Especificamente com relação a Casa Educativa das Mulheres, a última pactuação feita pelo Instituto Federal da Paraíba aconteceu no ano de 2015 com a oferta do curso de Camareira em Meios de Hospedagem. Em 2016 e no ano de 2017 não foram oferecidos novos cursos para a unidade de internação feminina, conforme Quadro 3 (ANEXO B).

QUADRO 3-Cursos oferecidos pelo Campus João Pessoa - Regime Socioeducativo Fechado - Casa Educativa das Mulheres (2012- 2015)

Curso	Carga Horária	Número de vagas	Número de Matrículas	Certificados
Atendente de Lanchonete T1/2012	160h	20	13	07
Recepcionista T1/2014	208h	20	11	07
Camareira em Meios de Hospedagem T1/2015	200h	20	14	08

FONTE: Elaborado pelo Autor, 2017.

De acordo com o Quadro 3 percebe-se que o número de vagas oferecidas ao longo dos três anos foi superior ao número de matrículas efetivadas. Porém com relação a quantidade de adolescentes que concluíram os cursos e receberam seus certificados, observa-se que menos da metade das alunas obteve êxito, um processo que remete a evasão escolar.

5.3 Histórico da antiga Casa Educativa das Mulheres

A unidade de internação feminina Casa Educativa localizada na cidade de João Pessoa pertencia à Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. A unidade era responsável por gerir a política de atendimento socioeducativo de jovens e adolescentes em conflito com a lei, em privação de liberdade ou restrição de liberdade. A Fundac compõe a estrutura da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano - SEDH.

FOTO 1–Fachada do Cendac



FONTE: Arquivo pessoal

De acordo com a direção da unidade, a Casa Educativa era a única instituição na Paraíba que respondia até o primeiro semestre de 2017 pela internação de adolescentes e jovens do gênero feminino, na faixa etária entre 12 e 21 anos para cumprirem: a medida provisória, que tem o prazo máximo de 45 dias; a internação, com o prazo máximo de três anos; ou o descumprimento de medida anteriormente imposta, que tem o prazo máximo de três meses.

A unidade feminina instalada no prédio do Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente (Cendac)³¹, apresentava entrada voltada para a Avenida João Machado, em Jaguaribe.

A Casa Feminina teve sua fundação em 1989 e durante muito tempo não sofreu nenhuma reforma. Até o primeiro semestre de 2017 a unidade comportava 11 adolescentes, das quais três cumpriam medida provisória e 8 sentenciadas a internação³².

FOTO 2 – Fachada da antiga Casa Educativa Feminina



FONTE: Arquivo pessoal

A estrutura de apoio da unidade era composta por uma Psicóloga, uma Assistente Social, uma Pedagoga e duas Defensoras Públicas. Segundo a direção da unidade as adolescentes realizavam oficinas terapêuticas ocupacionais, mas deixaram de participar de cursos pelo Pronatec devido a cortes no orçamento federal que restringiram a oferta do programa antigamente considerado prioridade pelo governo.

³¹ O Cendac é uma entidade filantrópica fundada em 1975. O centro desenvolve ações de apoio às crianças de creches, educação para jovens, mulheres e adultos, visando à geração de ocupação e renda ou a inserção no mercado de trabalho desses segmentos.

³² Informações fornecidas pela ex-Diretora da Casa Educativa das Mulheres, Renaly Amaral.

Apesar das condições físicas da unidade não fazerem parte do meu foco de estudo nessa dissertação, acho importante registrar o resultado de uma inspeção realizada por um grupo de peritos ligados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Um relatório feito em 2016, através do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), constatou que dentro da infraestrutura da Casa Educativa para fins educacionais, foi constatada a existência de três pequenas salas de aula e outro espaço denominado de Extensão. O documento chamava a atenção para a fragilidade no sistema de atendimento socioeducativo da unidade de internação devido a vários problemas, que vão desde a superlotação a falta de estrutura da unidade.

Esse histórico de superlotação na unidade se perdura por anos. Embora a Unidade possua um público pequeno, sua estrutura já foi apontada como uma grave problemática por várias vezes ao longo dos anos pelos órgãos fiscalizadores. Na tentativa de superar o problema o governo do Estado arrasta por mais de seis anos um projeto de construção de uma nova Unidade para o público adolescente feminino. (BRASIL, MNPCT, 2016, p. 22).

Destaco que a falta de estrutura na unidade de internação feminina foi observada anos atrás durante experiência vivenciada por mim em 2012, conforme relato descrito no início deste trabalho.

Quanto ao relatório do MNPCT, este alertava também para a necessidade de que as atividades educacionais na Casa Educativa fossem desenvolvidas com o objetivo de preparar melhor as adolescentes internas para o mundo fora da unidade. Dessa forma, atesta o documento, elas poderiam competir de igual forma no mercado de trabalho e enfrentariam melhor os desafios que a sociedade impusesse.

O texto dizia ainda que: “é preciso que o Estado se responsabilize pela educação dessas internas e ofereça na Unidade outras modalidades de educação integradas e dialogadas com as suas necessidades”. (BRASIL, MNPCT, 2016, p. 31).

O artigo 3º do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que regulamenta a execução da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente determina que: “Cada unidade deverá estar integrada aos diversos serviços setoriais de atendimento, tais como:

educação, saúde, esporte e lazer, assistência social, **profissionalização**, cultura e segurança” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

As condições precárias das unidades prisionais e de internação configuram uma ofensa a um dos principais direitos do ser humano que não é atingido pela condenação: a dignidade humana. A falta de infraestrutura aliada a superlotação das unidades também interfere na ressocialização dos apenados, um processo que em nosso país, ainda parece distante de ser efetivado por completo.

Porém em agosto de 2017 o Governo do Estado começou a escrever uma nova história na política socioeducativa. Foi desativada a antiga Casa Educativa das Mulheres e aconteceu a inauguração do Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha, com capacidade para atender 16 socioeducandas.

A unidade localizada na Avenida Jesus de Nazaré, em Jaguaribe, faz parte do Programa Janela para o Futuro, que oferece educação no modelo Cidadã Integral e ensino profissionalizante para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O investimento foi superior a R\$ 1,7 milhão, por meio de convênio entre o Governo do Estado e Governo Federal.

FOTO 3- Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha.



FONTE: José Marques/ Secom PB.

A Secretária Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Fabiana Gadelha, esteve presente na solenidade. Na oportunidade ela reforçou a parceria entre os Governos Estadual e Federal na melhoria das políticas socioeducativas e afirmou: "Buscamos promover e desenvolver ações que possam contemplar os programas de direitos da criança e do adolescente. Esta é uma obra de direitos humanos com uma estrutura acolhedora e com medidas adequadas para a socioeducação".³³

Uma das internas, a socioeducanda S.G de 18 anos, cumpre medida socioeducativa há 10 meses e sonha em ser psicóloga. Durante a solenidade ela comentou:

Cometemos erros, mas temos o direito de mudar e ter um futuro digno. Aprendi que somos aquilo que lutamos para ser e agradeço a todos que estão me ajudando nessa jornada. Hoje, faço o 3º ano do Ensino Médio, sou bolsista em um projeto da Universidade Federal da Paraíba e quero ser psicóloga. Espero um dia poder me formar e quem sabe trabalhar neste Centro Socioeducativo ajudando meninas socioeducandas.(PARAÍBA, SECOM 2017).

Naquela ocasião, a Secretária Estadual de Desenvolvimento Humano, Cida Ramos também ressaltou "Estamos dando as condições para que essas jovens possam construir novas possibilidades e um futuro melhor".

Esperamos que a nova unidade se configure num espaço de respeito e valorização do ser humano, e que desenvolva medidas adequadas através de ações educativas e profissionalizantes para a ressocialização das jovens e ou/adolescentes, desenvolvendo suas potencialidades e competências individuais, a fim de que se transformem em cidadãos plenos.

³³Disponível em:< <http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-inaugura-centro-de-atendimento-socioeducativo-rita-gadelha/>>. Acesso em 14 de nov. 2017.

6 DISCUTINDO OS RESULTADOS

Este capítulo encontra-se dedicado à apresentação, análise e discussão dos resultados da pesquisa. Neste estudo o procedimento metodológico adotado foi descritivo e explicativo, com a natureza dos dados, preponderantemente, qualitativa pelo uso da entrevista.

Após a elaboração da fundamentação teórica, iniciamos a pesquisa de campo que foi desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas realizadas junto à supervisores e a um professor do Pronatec do Campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba.

Essa ferramenta de coleta de dados, que se caracteriza como sendo uma série de perguntas abertas, foi escolhida por permitir uma maior flexibilidade ao pesquisador, que, muitas vezes necessita explicar algumas questões durante a conversa com os entrevistados, ou até mesmo alterar a abordagem e/ou os questionamentos em alguns casos. A autorização institucional para a realização da pesquisa no Campus João Pessoa do IFPB foi obtida através da Carta de Anuência, conforme ANEXO D deste trabalho.

A pesquisa foi submetida e iniciada após os Pareceres Consubstanciados do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (ANEXO F deste trabalho) e do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba (ANEXO G desta pesquisa).

Todos os envolvidos foram informados e tomaram ciência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme APÊNDICE E, e estão assegurados pelas normas documentadas no Conselho Nacional de Saúde) 466/12 e, portanto, os nomes dos participantes foram preservados por uma questão de natureza ética para que não houvesse prejuízos de qualquer ordem para os envolvidos.

O número de entrevistas, um total de três, se pautou nos seguintes critérios preestabelecidos pelo pesquisador:

- ✓ Sujeitos que atuaram no Pronatec do Campus João Pessoa do IFPB entre os anos de 2012 a 2017;
- ✓ Atores sociais que exerceram atividades de gestão nas suas áreas;

- ✓ Pessoas que estavam dispostas a serem entrevistadas e demonstraram interesse em participar da pesquisa.

Entendemos que estes gestores vivenciaram experiências que estão alinhadas à temática proposta, por isso integram os requisitos para comporem os sujeitos da pesquisa.

Quanto à escolha do número de entrevistados, Minayo afirma que este critério não é numérico como na pesquisa quantitativa. Segundo esta pesquisadora, amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (MINAYO, 1992).

As entrevistas foram realizadas na primeira quinzena do mês de dezembro de 2017 no Campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba, localizado na Avenida Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, nesta capital.

O universo da pesquisa foi a equipe gestora (Coordenadores Adjuntos) e um Professor do Campus João Pessoa, os quais neste trabalho foram chamados por pseudônimos para preservar a identidade dos sujeitos e garantir a integridade desta pesquisa.

Dessa forma foi denominado de **José** o Coordenador Adjunto que atuou no ano de 2012 no Campus do Instituto no início do Pronatec, e **Samuel** o Coordenador Adjunto do Pronatec que exerceu suas funções no ano de 2017. O professor entrevistado foi denominado de **Lucas**. O perfil dos entrevistados pode ser observado por meio do Quadro 4:

QUADRO 4 - Perfil dos gestores entrevistados.

ENTREVISTADOS	NÍVEL DE INSTRUÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NO IFPB	TEMPO DE ATUAÇÃO NO PRONATEC
José	Mestrado	9 anos e 6 meses	2 anos e 6 meses
Samuel	Especialização	25 anos	5 anos
Lucas	Especialização	32 anos	3 anos

FONTE: Elaborado pelo Autor, 2018.

Pelo que observamos no quadro anterior os gestores entrevistados (coordenadores e professor) exercem suas atividades há um longo tempo no Instituto Federal da Paraíba.

José que fez parte da turma pioneira do Pronatec no Campus João Pessoa, teve o menor tempo de atuação no Programa, se dedicando depois a outras funções na instituição. Lucas exerceu atividades no Pronatec até o contingenciamento de recursos feito pelo Ministério da Educação, o que impactou na oferta de vagas. Quanto a Samuel, este continua coordenando pactuações do Programa no IFPB para turmas regulares do Pronatec.

Para a realização das interlocuções, foram elaborados dois roteiros de entrevistas semiestruturadas, o primeiro direcionado aos Coordenadores Adjuntos do Pronatec conforme modelo no APÊNDICE A deste trabalho. O segundo nos mesmos moldes foi voltado ao professor que atuou no Pronatec, constante no APÊNDICE B.

As entrevistas foram previamente agendadas e gravadas em áudio. Os dados da gravação foram transcritos e armazenados em arquivos digitais, com permissão de acesso somente ao pesquisador responsável e sua orientadora. Todo o material ficará mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 da CONEP/MS.

O local do encontro com o entrevistado José foi a sala dos professores da Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, no Campus João Pessoa do IFPB. Na hora da conversa o ambiente estava calmo por ser final de expediente e concentrar poucas pessoas. O entrevistado foi solícito e respondeu com presteza as perguntas formuladas.

O diálogo com Samuel foi pela manhã numa sala reservada pelo entrevistado no Campus, local que favoreceu o andamento da conversa. O encontro com o entrevistado Lucas aconteceu no início da noite no laboratório da disciplina Sistema Construtivo do Curso Superior de Construção de Edifícios, no Campus João Pessoa. O local é uma espécie de sala de aula onde se concentram vários materiais usados na construção de prédios.

O fato de eu ter trabalhado durante o Pronatec com os sujeitos da pesquisa deu as conversas um caráter mais informal, e em determinados momentos foram compartilhadas emoções e lembranças. As três (3) entrevistas foram executadas entre os tempos individuais de 25 a 50 minutos.

A próxima fase da pesquisa de campo se deu mediante a transcrição e revisão de cada uma das entrevistas que foi efetuada em tempo médio de 10 horas, ou seja, foram dedicadas aproximadamente 30 horas para esta fase. Nessa ocasião, optamos por não corrigir as falas dos entrevistados, transcrevendo e ajustando apenas a escrita, a fim de permitir uma melhor leitura e compreensão dos discursos e das emoções. As perguntas do pesquisador e as respostas dos entrevistados foram organizadas em arquivo *word* para uma melhor visualização e compreensão do conteúdo.

Logo em seguida, iniciamos o procedimento da análise dos resultados onde utilizamos o desenvolvimento da análise de conteúdo, entendida por Bardin (2004, p.49) “como a técnica que trabalha a fala, ou seja, a prática da língua realizada por emissores identificáveis [...] e tenta compreender o ambiente num determinado momento, com a contribuição das partes observáveis”. Promovemos dessa forma uma reflexão analítica sobre a narrativa dos sujeitos que fazem parte do universo pesquisado.

Ao observarmos as falas dos entrevistados diante de suas experiências no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego notamos que para eles o Pronatec se destacou pelo lado social, de inclusão de uma parcela da população (adolescentes em situação de vulnerabilidade social) que carrega o estigma do preconceito. Vejamos algumas falas:

“[...]este sistema socioeducativo busca ressocializar pessoas que cumpriram, que cometeram algum tipo de infração para tentar despertar nelas alguma outra perspectiva de vida fora desse sistema. Eu vejo de grande relevância beneficiá-las com essa formação profissional [...]”. (JOSÉ).

“[...] quando se fala em Pronatec eu acho que se fala em três pilares: que é o ensino, a qualificação que é digamos o objetivo principal, a empregabilidade que também é uma consequência da qualificação profissional, mas eu ainda acho que o que mais chancela o Pronatec é o viés social [...]”. (SAMUEL).

“[...] favorece a inclusão social mesmo dos necessitados, porque tinha gente de toda categoria nas aulas do Pronatec. Nós vivemos numa sociedade que tem um preconceito enorme, nós sentimos isso, imagina esse pessoal. Eu acho que tem que ter uma campanha de conscientização [...]”. (LUCAS).

Estes depoimentos comprovam o caráter inclusivo do Pronatec em conformidade com o que preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), além de reforçar o direito à educação e profissionalização expressos em dispositivos legais como a “Constituição Cidadã” de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Foi consenso entre os gestores o papel ressocializador que o Programa assumiu junto aos sujeitos com privação de liberdade. No tocante a esta questão foi selecionado o seguinte relato de Samuel:

“[...] eu me lembro de um caso, a gente estava iniciando um curso lá e a gente foi ter aquele primeiro contato com eles né, no CEA, onde estão os menores de 18 anos. Então a gente chegou lá e fez o checklist, fez a chamada e tinha menos um, e aí eu perguntei o que houve com aquele menos um, se já tinha saído, se tinha ido para o CEJ, porque as vezes eles migram de uma unidade para outra por causa da idade de cumprir né, e foi nos dito não. Na verdade, ele passou para um curso da Universidade Federal da Paraíba, eles fazem lá tem uma escola de ensino médio, de ensino fundamental e ensino médio e esse aluno que iria ser aluno do Pronatec, esse cidadão que estava privado de liberdade que iria ser aluno do Pronatec não pôde cursar porque já tinha passado para um curso da Universidade, e esse mesmo aluno já tinha feito um curso do Pronatec anteriormente[...]”.

Apesar disso foram constatados problemas, como a falta de infraestrutura nas unidades demandantes, o que comprometeu o processo de ressocialização dos internos em se tratando de um público do sistema socioeducativo fechado, conforme atestam os relatos a seguir:

“[...] o que me chamava a atenção nestas pactuações era a deficiência da infraestrutura dos órgãos de segurança. Para você ter uma ideia, quando nós fomos visitar o CEA, o CEJ, nós nos deparamos com uma infraestrutura extremamente precária, sem ambientes adequados. Depois das primeiras ofertas nós nos posicionamos junto a Secretaria de Segurança, de que só voltaríamos a ofertar se eles disponibilizassem um ambiente digno para que as aulas fossem ministradas. De nossa parte, ofertante, eu acho que agente reuniu um contexto extremamente favorável para ofertar o curso como se propunha, mas a infraestrutura foi algo que impressionou agente, que talvez não favoreça o processo de ressocialização do ponto de vista mesmo de convivência[...]”. (JOSÉ).

“[...] faltava material, mas esse é o Brasil né, quando pensa em educação não se pensa cem por cento. Começou com aquela empolgação, muitas vezes começavam as aulas e o material não chegava, mas eu dava um jogo de cintura, eu levava equipamentos daqui para lá porque eu não ia deixar de dar aulas por conta disso [...]”. (LUCAS).

Outro fator complicador para a equipe gestora no IFPB foram os tumultos entre os internos, o que provocou suspensão de algumas aulas, conforme depoimento de Samuel:

“[...] a gente tinha algumas dificuldades pelo próprio conceito de sistema socioeducativo fechado, barreiras lá mesmo. As vezes a gente não podia entrar porque estava havendo um conflito lá dentro, não só das meninas como dos adolescentes também. Então tinha semana inteira que a gente não podia ministrar aulas porque tinha conflitos. Isso não foi um complicador grande, porque a gente conseguiu administrar. Enquanto instituição, eu achava que a minha equipe ia ter receita de trabalhar lá dentro no sistema socioeducativo fechado. Tanto é que a gente tinha supervisor quando eu cheguei para conversar, de início demonstrou resistência grande, mas eu consegui, digamos assim, convencer[...]”.

Essa precariedade do sistema prisional foi verificada por nós conforme exposto no capítulo anterior. Neste sentido Rolim (2003) afirma:

O Brasil como a maioria dos países latino-americanos, assiste imobilizado ao desenvolvimento de uma crise crônica em seu sistema penitenciário. Especialmente nesta última década, os indicadores disponíveis a respeito da vida nas prisões brasileiras demonstram de maneira incontestável um agravamento extraordinário de problemas já muito antigos como a superlotação carcerária, a escalada de violência entre os internos, as práticas de abusos, maus-tratos e torturas sobre eles, a inexistência de garantias mínimas aos condenados e o desrespeito sistemático e institucional à legislação ordinária e aos princípios dos direitos humanos.(ROLIM, 2003, p.121).

Essa situação de falta de infraestrutura, a princípio, parece ter sido contornada na unidade feminina com a entrega do novo Centro de Atendimento Socioeducativo na cidade de João Pessoa.

Dois entrevistados assinalaram em um momento da conversa um fato interessante: o papel motivador do Pronatec na vida dos alunos. A partir dos cursos de pequena duração, cursos FIC, eles passaram a se interessar mais pelos estudos, e a conhecer melhor a instituição que os acolhia, o que foi apontado nos relatos:

"[...] esse curso de Formação Inicial e Continuada contribuiu para que muitos alunos tivessem contato com o IFPB e a partir dele conhecessem quem era a instituição, o que eles ofertavam, e hoje são alunos nossos de técnicos integrados, subseqüentes, de cursos superiores. O Pronatec na verdade foi um pontapé inicial para esses estudantes despertarem, eu tenho muitos exemplos[...]". (JOSÉ).

"[...] os alunos, uma grande parte não conhecia nossa instituição, o IFPB. Eu estou me lembrando de um caso específico de um aluno do sistema socioeducativo fechado que fez o Pronatec lá dentro, terminou e noutro momento que a gente pactuou turmas para o público em geral, esse mesmo aluno veio se matricular aqui com a gente, ou seja, já estava fora do sistema prisional e veio conhecer o IFPB[...]". (SAMUEL).

Este "despertar" nos remete ao pensamento do educador Paulo Freire. Segundo ele o papel da educação é a instância que deve "preparar, ao mesmo tempo, para um juízo crítico das alternativas propostas pela elite, e dar a possibilidade de escolher o próprio caminho". (FREIRE, 2001, p. 23).

A melhoria da autoestima dos beneficiados pelo Programa também é refletida no discurso de alguns gestores. Um deles lembrou o fato de que o indivíduo entrava no Pronatec acanhado e cético, e com o passar do tempo demonstrava maior confiança num redirecionamento para suas vidas, motivando-os para novos horizontes. A respeito dessa afirmativa pode-se enfatizar o seguinte depoimento:

"[...] a gente nota o brilho no olhar diferente, meio que apagado no início e um pouco brilhoso no fim, ou seja, que é justamente as esperanças de quando sair eu vou ter um ofício, eu vou ter muito mais chance no mercado de trabalho, eu estou com outra visão, eu aprendi valores lá dentro que estavam adormecidos em mim, que eu não conhecia. O Pronatec seja no sistema fechado ou no sistema aberto, ele abre a mente. Abriu a mente desse cidadão, ou seja, fez clarear, acordar sentimentos e oportunidades que estavam escondidas [...]". (SAMUEL).

Resgatar a autoestima desse público específico através de fatores motivacionais intrínsecos ao processo educacional representa "um ganho a mais" para o Pronatec, na medida em que oferece novas possibilidades especialmente para quem enfrenta o drama da exclusão e do preconceito.

Costa (2005) lembra que há alguns aspectos que devem estar presentes numa proposta socioeducativa que promova a reconstrução do projeto de vida do adolescente em conflito com a lei, dentre estes, a autora destaca a estruturação de novas redes de relacionamentos e significações.

6.1 O Mercado de Trabalho

Para entendermos melhor a relação entre o adolescente em situação de vulnerabilidade social e o mercado de trabalho, é preciso voltar a questão da violência. Esta última, um fenômeno bastante complexo, assim como o são as causas que podem levar um adolescente a envolver-se com a criminalidade.

A renda, a escolaridade, às escolhas pessoais, ou a dificuldade de acesso a uma oportunidade no mercado de trabalho, podem ser entendidos como fatores de exclusão social que podem levar ao envolvimento do indivíduo com a violência. (LOPES, 2006, p. 13).

Para muitos jovens em situação de desigualdade social, a empregabilidade se constitui numa forma de sobrevivência pessoal ou da família. Nesse contexto Cohn (2013) faz uma diferenciação entre emprego e trabalho. De acordo com a autora, *emprego* é algo que traz a permanência de uma fonte de renda sustentada e digna de vida, enquanto o *trabalho* é algo volátil, o denominado ‘bico’, que é uma forma de sobrevivência por excelência” (p. 456).

Como já dissemos, o Pronatec como política pública tem na qualificação um caminho para alcançar a empregabilidade. Dessa forma percebeu-se entre os entrevistados dessa pesquisa, que o Instituto Federal da Paraíba cumpriu seu objetivo no quesito qualificação, ou seja, na oferta de cursos que aprimoraram as habilidades ou competências das adolescentes em regime de privação de liberdade.

No entanto, apesar da inserção dos oriundos do cumprimento de medidas socioeducativas de internação no mercado de trabalho, não fazer parte dos objetivos do Pronatec conforme artigo 1º da Lei nº 12.513, o IFPB não tratou de desenvolver nenhuma política de inclusão dessas adolescentes em situação de vulnerabilidade social ao mundo do trabalho paraibano, segundo relata o entrevistado José:

“[...] nós entrávamos como ofertante e ficava a critério das secretarias que acompanhavam os estudantes, de fazer esta ponte pós-prisional, e realmente não fazia parte. Talvez isso pode ser algo a ser melhorado do ponto de vista institucional, de acompanhar os egressos desses cursos, mas ficava muito a cargo das secretarias de fazer esse acompanhamento [...]”. (JOSÉ).

O entrevistado Samuel lembra que isso se deve à falta de um monitoramento por parte do IFPB com relação a este público específico (adolescentes em privação de liberdade). Os egressos do sistema socioeducativo fechado nunca tiveram um acompanhamento após a conclusão dos cursos ofertados pelo Instituto Federal. Segundo Samuel, nos cursos regulares do IFPB o acompanhamento dos egressos ficava a cargo do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Confira os depoimentos:

“[...] no sistema aberto, era através do SINE, mas só que a gente encontra muita barreira. Porque nem o SINE tinha por exemplo o feedback das empresas que o próprio SINE encaminhava, se eles tinham ficado, quanto tempo, os empresários não davam esse feedback. A gente não tem esse monitoramento do egresso do sistema prisional. Quem ficou lá? Quando saiu do sistema socioeducativo fechado está trabalhando? [...]”. (SAMUEL).

“[...] apesar de eu entender que é importante agente pensar nisso, mas acho que não faz parte da nossa missão. Acho que o processo de ressocialização quando agente participa, agente participa com a qualificação e a oferta da educação profissional [...]”. (JOSÉ).

É notório que o mercado de trabalho se mostra cada vez mais competitivo e as organizações buscam gradativamente pessoas qualificadas para atender aos seus objetivos estratégicos. Por isso, preparar-se de antemão e chegar ao mercado o mais pronto possível, deixa o profissional mais perto de conquistar uma vaga.

Essa vantagem na empregabilidade dos que saem com um diploma na mão, em relação aos que não concluíram um curso de qualificação, foi enfatizada pelos três entrevistados. Outro fator positivo apontado é o aval do IFPB nos certificados.

“[...] leva toda essa chancela, toda essa experiência, toda essa bagagem que é forte né, que a gente é uma instituição centenária, e em nenhum momento o certificado tá dizendo que ele fez lá na prisão. Então assim com certeza com este certificado as chances serão bem maiores no mercado de trabalho, sem dúvida nenhuma [...]”. (SAMUEL).

“[...] com certeza, eu sempre alertava para isso nas minhas disciplinas, nas aulas que dava, que a oportunidade é maior, porque você vai sair com um curso técnico profissionalizante, então é lógico que vai ter mais vantagem do que todos aqueles que não fizeram os cursos, isso é fundamental[...]”. (LUCAS).

Para o entrevistado José, entre as pessoas que estavam cumprindo medidas socioeducativas, quem não participou dos cursos do Pronatec ficaria “desassistido, em desvantagem” em relação aos demais quando após o cumprimento da pena fosse procurar uma oportunidade de emprego.

O fato dos certificados terem a chancela do IFPB, permite ao egresso do sistema socioeducativo ter um documento que atesta a qualidade dos cursos oferecida por uma instituição centenária e de grande respeitabilidade nos meios educacional e social.

Isto pode representar uma maior facilidade e boa aceitabilidade por parte do futuro empregador. Haja vista que a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional, associadas ao preconceito e ao medo de alguns empresários em contratar alguém que esteve preso constituem desafios na reinserção de um ex-apenado.

Todos os gestores também foram unânimes em ressaltar a preocupação das equipes pedagógica e administrativa do Pronatec, em minimizar os possíveis impactos que a pena poderia trazer na vida das adolescentes privadas de liberdade.

Entre os efeitos perversos da prisão estão a estigmatização, distância social e maior criminalidade, muitas vezes geradora da reincidência.

Segundo os entrevistados o cuidado das equipes passava pela escolha dos cursos pactuados, até o conhecimento do nicho de mercado que aquele indivíduo poderia atuar dentro da comunidade.

O objetivo das equipes pode ser traduzido na fala de José, onde ele diz: “de forma que ele [apenado] se preparasse melhor para o momento em que ele estivesse livre”.

Nesse contexto merece destaque o papel do professor, que atuava muitas vezes no Pronatec como uma espécie de psicólogo, de incentivador. O entrevistado Lucas lembra “Quantos me procuraram [...] professor o senhor tá dando atenção [...] eu conversava. Eles se sentem à margem da sociedade”.

A interação professor-aluno é fundamental para que ocorra o sucesso no processo ensino aprendizagem. Sader (2007) lembra que o ato de educar está ligado ao da formação de uma consciência com capacidade de compreensão.

Para sintetizar melhor as ideias dos três gestores entrevistados sobre a relação do IFPB com o mercado de trabalho das adolescentes egressas do sistema socioeducativo, organizamos o Quadro 5:

QUADRO 5- Reflexões dos gestores entrevistados sobre temas ligados ao mercado de trabalho

GESTORES	CURSOS (FIC) DE PEQUENA DURAÇÃO (MÉDIA DE 160 H)	PAPEL DO IFPB NA INTERMEDIACÃO DE EMPREGO PARA AS RECLUSAS	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
José	contribuem para a inserção no mundo do trabalho	pode ser melhorado do ponto de vista institucional	inserção no mundo do trabalho depende de uma política conjunta
Samuel	capacitam para o mercado de trabalho	precisa fortalecer parceria com a Fundac	IFPB deve ir até as empresas; oferecer estágio como experiência.
Lucas	formam bons profissionais	deve-se oferecer mais oportunidades as reclusas	IFPB deve fazer a ponte para o mercado de trabalho; promover intercâmbio com outras instituições a exemplo do CREA.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2018.

De acordo com o quadro 5 percebe-se que os entrevistados concordaram com o fato de que os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) apesar de serem de curta

duração, têm capacidade de formar bons profissionais e de capacitá-los para o mercado de trabalho.

O entrevistado Samuel atesta isso: “[...] um curso desse de 160 horas, de 200 horas de camareira por exemplo, elas saem de lá em plena convicção de serem integradas no mercado de trabalho. Isso aí a gente tem consciência [...]”.

Vale ressaltar que a empregabilidade depende de outros fatores ligados a habilidades e competências, entre eles: dinamismo, iniciativa e capacidade de trabalhar em equipe.

Com relação ao papel do Instituto Federal da Paraíba na intermediação de emprego para as adolescentes em medidas socioeducativas, o entrevistado José lembrou que a inserção no mundo do trabalho desse segmento não fazia parte das metas do Pronatec. Porém ele coaduna com as ideias de Samuel e Lucas que confirmaram a necessidade de se ampliar as oportunidades e a parceria com outras entidades como a Fundac, órgão demandante do Pronatec, na busca dessa intermediação.

Ao ser questionado sobre uma provável proposta de ação do Instituto Federal na inserção das adolescentes reclusas ao mercado de trabalho o gestor Samuel sugeriu “arregaçar as mangas e ir até as empresas” para mostrar aos empresários a importância de inserir as jovens no mercado de trabalho através da oferta de estágio como forma de experiência.

Lucas foi enfático ao dizer que o IFPB devia fazer a “ponte” das adolescentes com o mercado de trabalho e afirmou que “se elas não tiverem apoio, elas não vão conseguir chegar lá”. Ele conclui sugerindo a necessidade de intercâmbio do IFPB com instituições a exemplo do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Lucas que é professor ligado a área da construção, sabe que a Indústria e a Construção Civil são os setores que normalmente mais absorvem egressos do sistema penal em nosso país.

Desta maneira, compreendeu-se que os gestores são conscientes sobre a necessidade de se oferecer oportunidades de ressocialização e inclusão no mercado de trabalho a pessoas que passaram pelo sistema de privação de liberdade.

No entanto eles entendem que o Instituto Federal da Paraíba que já oferta cursos profissionalizantes, pode ir mais além na efetivação dessa política, seja através

de novas parcerias ou no redirecionamento de suas estratégias para melhor inclusão desse público ao mundo do trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego executado pelo Instituto Federal da Paraíba, beneficiou a partir de 2012 entre seu público prioritário, adolescentes em medidas socioeducativas em regime de internação. Esse contingente integra um dos segmentos mais prejudicados pelos problemas sócio-econômicos-culturais em nosso país (CRUZ NETO E MOREIRA, 1998). Entre esses problemas, está a falta de oportunidade de emprego.

Dados do IBGE revelam que o desemprego atingiu mais os jovens no segundo trimestre de 2017. Enquanto o desemprego para toda a população ativa foi de 13%, a taxa chegou a 43% para adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos, e 27,3% para os jovens de 18 a 24 anos.

Sob a ótica de que a violência é um problema de dimensão complexa e multifacetada, não se pode desconsiderar que os adolescentes autores de atos infracionais, em geral, fazem parte da parcela da população considerada excluída e carentes de oportunidades.

Ao término do cumprimento de suas penas nas instituições de reclusão, os adolescentes em sua maioria, não encontram condições favoráveis do lado de fora dos muros para ingresso no mercado de trabalho. Além das restrições a idade para o trabalho impostas pela legislação brasileira, há fatores como a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional que influenciam fortemente na empregabilidade.

Os ex-internos carregam também o estigma social negativo de preconceito devido ao passado ligado ao crime. Percebe-se que o adolescente infrator é discriminado no mercado de trabalho, visto que normalmente as organizações evitam contratar jovens que cometeram atos infracionais não oportunizando lhes nova perspectiva de futuro.

No caso de adolescentes do sexo feminino há uma dupla discriminação: por ser mulher e por ter rompido com o modelo inferiorizado que a sociedade impôs a ela historicamente. Ao cometer um crime ela assume um lugar, aparentemente, reservado ao homem.

Soma-se a isto, o fato de que não há no país uma política explícita de reintegração social do ex-apanado focada para o emprego, apesar de vários

dispositivos legais, tais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei das Execuções Penais.

A despeito do Brasil contar com uma legislação considerada de vanguarda – o Estatuto da Criança e do Adolescente - o crescente índice de infrações cometidas por adolescentes (222 mil no ano de 2016, segundo o Conselho Nacional de Justiça) revela a incapacidade do Estado em promover a equidade social, e dessa forma efetivar a ressocialização de quem teve a liberdade restrita.

O Pronatec enquanto política pública conseguiu, em parte, preencher a lacuna que existia nos Institutos Federais no atendimento ao público juvenil de privação de liberdade, na medida em que ofereceu qualificação profissional através de cursos de pequena duração a uma categoria carente de seus direitos.

De um modo geral o Pronatec mostrou-se mais efetivo no que diz respeito à dinâmica de acesso educacional. Ainda que se possa questionar a qualidade dessa formação, é importante salientar que o Programa foi capaz de expandir a oferta de educação profissional. No período de 2011 a 2015 foram ofertadas mais de 9 milhões de matrículas em todo o país.

No Campus João Pessoa do IFPB o Pronatec voltado às adolescentes em vulnerabilidade social teve seu *boom* no ano de 2013, e a partir de 2014 experimentou um declínio significativo na oferta de vagas. Em 2015 iniciou-se o esvaziamento das pactuações devido ao contingenciamento praticado pelo governo federal.

De acordo com as observações evidenciadas nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, é possível afirmar que o Instituto Federal da Paraíba não demonstrou interesse ao longo da execução do Pronatec, em construir um programa de reinserção social focado no trabalho voltado às adolescentes em regime de privação de liberdade em João Pessoa.

O fato da inserção dos egressos do sistema socioeducativo no mundo do trabalho não fazer parte, formalmente, das propostas sociais preconizadas pelo Pronatec, não inviabiliza o IFPB em adotar uma postura de maior inclusão desse público em nossa sociedade.

A respeito deste processo no âmbito do Instituto Federal da Paraíba possíveis contribuições são apresentadas:

- ✓ Promover um Termo de Cooperação Técnica com a Fundac e/ou Secretaria do Estado de Desenvolvimento Humano para ampliar a oferta de qualificação profissional para as adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas na Paraíba;
- ✓ No tocante a inserção socioproductiva, desenvolver ações concretas e planejadas através da oferta de estágios remunerados para este público nas unidades do Instituto Federal na Paraíba considerando o aspecto formativo do trabalho;
- ✓ Fazer o acompanhamento online das egressas do Pronatec do sistema socioeducativo e encaminhá-las ao mercado de trabalho em parceria com o Sistema Nacional de Emprego (SINE);
- ✓ Estabelecer estratégias de aproximação com entidades da esfera municipal, estadual ou federal para absorção da mão de obra qualificada pelos cursos do Pronatec do IFPB voltado ao público do sistema socioeducativo;
- ✓ Formular mecanismos de monitoramento, avaliação, e sistematização do acompanhamento das egressas do Pronatec do sistema socioeducativo fechado no mundo do trabalho.

Esses procedimentos são fundamentais para que se vislumbre o sucesso da iniciativa que será executada e para que se possa avaliar a execução de maneira frequente, possibilitando os ajustes que venham a ser necessários ao longo do percurso de implementação e execução das medidas.

As atividades propostas pretendem desenvolver nas adolescentes em situação de fragilidade social, habilidades que as familiarize e qualifique para o mercado de trabalho, podendo ainda, promover a primeira experiência de rotina de emprego além de estimular o desenvolvimento das posturas adequadas a esse contexto.

Estas atitudes constituem ferramentas importantes no processo de ressocialização, além de evitar que estas adolescentes em sua maioria de áreas periféricas, sejam atraídas e envolvidas com atos infracionais ao retornarem aos seus núcleos familiares ou comunitários.

Apesar do foco desta pesquisa ter centrado na Casa Educativa das Mulheres, as sugestões aqui apresentadas podem ser estendidas aos adolescentes em medidas socioeducativas de outras unidades, diante de pactuações futuras do IFPB.

Queremos crer que o desempenho de uma atividade remunerada pode significar para o público pesquisado, uma ruptura com a fase anterior ao da vida reclusa marcada em grande parte pela violência.

Essa mudança implica numa transformação na identidade pessoal de cada adolescente, no resgate da sua autoestima e valorização como ser humano, garantindo dignidade dentro do seu meio familiar e social. Nesse contexto a educação e o trabalho são fundamentais para apontar novos caminhos e perspectivas após a saída do sistema prisional.

Dessa forma as adolescentes da Casa Educativa das Mulheres conseguiram romper algumas barreiras na medida em que concordaram e se dispuseram a frequentar as aulas, a fazer um curso profissionalizante e compreender que deviam se preparar para um futuro melhor.

Este trabalho não tem a pretensão de produzir respostas prontas e acabadas, mas, sobretudo, provocar uma reflexão e despertar um novo olhar sobre o tema do trabalho laboral de adolescentes em regime de privação de liberdade.

Pretendemos ainda trazer contribuições à instituição pesquisada, em especial à equipe gestora do Pronatec do IFPB, buscando o aperfeiçoamento de suas práticas de gestão, educacionais e administrativas.

Nesse sentido temos a intenção de apresentar ao corpo gestor do IFPB as sugestões elencadas neste trabalho, como resultado do feedback entre o Mestrado Profissional e o Instituto Federal da Paraíba.

Com relação a pesquisas futuras, é relevante o estudo da implementação do Pronatec direcionado ao público prisional, em especial a adolescentes e/ou jovens, diante da carência de literatura sobre o tema, e por causa do repúdio e medo que o sistema ainda causa no meio acadêmico. Faz-se necessário observar aspectos sociais como o perfil da adolescente autora da infração penal e o quantitativo de beneficiadas que obtiveram acesso ao emprego após a formação pelo Pronatec.

Diante do exposto, finaliza-se afirmando que muitos são os desafios impostos na vida das adolescentes que estão em situação de acolhimento institucional, mas com acompanhamento, orientação e efetivação de políticas públicas, eles podem ser superados.

REFERÊNCIAS

ACÁCIA, Kuenzer. **Ensino de 2º grau**: O trabalho como princípio educativo. 3edª. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 2ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ALVIN, Maria R. Barbosa; VALLADARES, Lícia do Prado. **Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise da Literatura**. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, 1988. Disponível em:<<http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-26/399-infancia-e-sociedade-no-brasil-uma-analise-de-literatura/file>>. Acesso em: 20 jan.2017.

ANDRADE, F.R.B; ELOY, H.R.F. **Qualificação Profissional: para além da profissionalização, uma perspectiva social**. Revista Produção e Desenvolvimento, v.2, n. 1, p. 51 - 63. Fortaleza, 2016. Disponível em:<<http://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento/article/view/125/120>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Rio de janeiro: REVAN, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BORDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Decreto Nº 12.513-2011, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/brasilemmiseria/legislacao-2/legislacao/arquivos/lei-12.513-2011-pronatec.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília, 2005. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopolitcadeinclusao.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

_____. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 04 out. 2016.

_____. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Dezembro 2014**. Brasília. Disponível em:<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 19 mar.2017.

_____. MNPCT. Relatório de visita a unidades de privação de liberdade no estado da Paraíba. Brasília, 2016. Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/sistema-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-snpct/mecanismo/paraiba-relatorio-de-visita-as-unidades-de-privacao-de-liberdade-da-paraiba-outubro-2016-1>>. Acesso em: 22 maio 2017.

_____. Portaria Interministerial Nº 210, DE 16 DE JANEIRO DE 2014. **Institui a Política Nacional de Atenção às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional**. Disponível em:<<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/mulheres-1/anexos-projeto-mulheres/portaria-interministerial-210-2014.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2017.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, junho de 2017. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

COHN, A. Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF. In: CAMPELLO, C.; NERI.; M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília – DF: IPEA, 2013. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf>. Acesso em 14 de jan. 2018.

COSTA. A. C. G, O novo direito da infância e juventude do Brasil – 15 anos de luta e trabalho. Fundação Bank Boston – Elos Sociais, 2005.

COSTA, C.R.B.S.F. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto sócioeducativo. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, ano 5, n.2. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v5n2/v5n2a09.pdf>>. Acesso em: 21 de Fev. 2018.

COSTA, Matheus Felisberto. **A relação entre trabalho e educação no âmbito do Pronatec**. Florianópolis, [s.n], 2016.

CHARLES, Cristophe; VERGER, Jacques. **História das Universidades**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo, editora da Universidade Estadual Paulista, 1996, p. 13 – 61.

CUNHA, Gregório Maranguape da. Formação dos professores de matemática do IFCE: em busca da identidade profissional docente. 2010. 88p. Relatório científico pós-doutoral. (Pós-doutorado em educação) Faculdade de Educação, UnB, Brasília, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. In: Elaine Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Farias Filho e Cynthia Greive Veiga (orgs), 500 anos de educação no Brasil, Belo Horizonte. Autêntica, 2000. Disponível em:<http://www.densf.xpg.com.br/ensino_superior_e_universidade_no_brasil.doc>. Acesso em: 17 jan.2017.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. 1998. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7129.pdf>>. Acesso em 16 de jan. de 2018.

EYNG, Ana Maria. et al. **Diversidade e padronização nas políticas educacionais: configurações da convivência escolar**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Thais_Pacievitch/publication/262626216_Diversity_and_standardization_in_education_policy_Settings_of_school_coexistence/links/57608d6608ae244d0370d152.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FALEIROS, V. P. **Infância e processo político no Brasil**. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da violência nas prisões, 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Prisão, tráfico e maternidade**: um estudo sobre mulheres encarceradas. UFPB/CCHLA. [s.n], João Pessoa, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. 1921-1997. **Política e educação**: ensaios/Paulo Freire. – 5ª ed. Editora Afiliada - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRINHANI, Fernanda de M. Dias; SOUZA, Lídio de. **Mulheres encarceradas e espaço prisional**: uma análise de representações sociais. Espírito Santo, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1516-3687&lng=en>. Acesso em :18 fev. 2017.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUARESCHI, N.M.F. et al. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. In: Estudos e pesquisas em Psicologia. RJ, Ano 7, nº 1, 2007. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a03.htm>. Acesso em: 08 de marc. 2018.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Alfredo M.; MORAES, Karine N. **Educação Superior no Brasil Contemporâneo**: Transição para um sistema de massa. Educação & Sociedade, Campinas, V. 33, n. 118, p. 171-190, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: Introdução ao Estudo da Filosofia; A Filosofia de Benedetto Croce, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, vol.01, 3ª edição, 2004.

HEGEL, G.W.F. A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história. 2. ed. Tradução de Beatriz Sidon. São Paulo: Centauro, 2001. Disponível em: <http://www.aproffesp.pro.br/files/Cursos/APROFFESP%20NA%20ESCOLA/Textos%20para%20escrever%20artigos/Filosofia%20da%20Historia/Hegel_A_Razo_na_Historia_uma_Introducao.pdf> Acesso em: 03 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 1–203, (2012). Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA, Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI - 2015-2019. João Pessoa, 2014. Disponível em:<http://ifpb.edu.br/institucional/pdi/PDI_2015_2019.pdf/view>. Acesso em: 16 dez.2016.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. *Psicologia & Sociedade*. Florianópolis, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/02.pdf>>. Acesso em 14 de jan. 2018.

LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de. **“É o seguinte, na prisão agente aprende coisa boa e coisa ruim”**. **Interfaces das aprendizagens biográficas (re) construídas na prisão e os desafios e dilemas pós-prisionais enfrentados por egressas e reincidentes do sistema penitenciário paraibano**. (Tese de Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, 2014. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7741?locale=pt_BR>. Acesso em: 22 set. 2017.

MAEYER, Marc de. **Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?** *Revista de Educação de Jovens e Adultos: alfabetização e cidadania*. Brasília, n. 19, 2006.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATSUZAKI, Hugo Hidemi. **O desafio da Lei do Jovem Aprendiz: um estudo da aplicação da Lei 10.097/00 como política pública na inclusão de jovens no mercado de trabalho**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-01122011-185435/pt-br.php>>. Acesso em 16 de jun. 2017.

MEDICE, Rita. **Gramsci e o Estado**: para uma releitura do problema. Curitiba, nov. 2007. *Revista de Sociologia e Política*.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo- Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MOREIRA, Fábio Aparecido. **A política de educação de jovens e adultos em regime de privação de liberdade no estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MORETTO, Amilton J. **O sistema público de emprego: uma construção inacabada**. Tese (Doutorado) — Unicamp, Campinas, 2007

MTb/SEFOR. **PLANFOR - Plano Nacional de Educação Profissional**. Termos de referência dos programas de educação profissional. Brasília: Ministério do Trabalho/Secretaria de Formação Profissional, 1996.

MURARO, R.M. **Libertação sexual da mulher**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 166.

OLIVEIRA, Mariana Lins. **Políticas de Juventude, Governo da Vida e Educação: uma aproximação às ações de re(x)istência de jovens moradores das periferias na Paraíba**. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

OTRANTO, Célia Regina. **A política de educação superior no governo Lula:** novos caminhos da educação superior. In: 34ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2011, Natal. **Anais...** Natal: Grupo de Trabalho-Política de Educação Superior, 2011. p. 6-16.

PARAÍBA, Secretaria de Comunicação, 2017. Ricardo inaugura Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha. Disponível em:<<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-inaugura-centro-de-atendimento-socioeducativo-rita-gadelha/>>. Acesso em: 14 de nov. 2017.

PATTI, E. M. R. **O que pode uma mulher?** Sexualidade, Educação e Trabalho. Franca, SP: Unesp, 2004.

PERROT, Michelle (org.). **Os excluídos da história:** Operários, Mulheres e Prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

QUEDNAU, Fernanda Sutoff. **O conflito entre a maternagem e o trabalho na mulher pós-moderna.** Brasília, 2007. Disponível em:<<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2678/2/20434780.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2015, o Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano, PNUD, 2015. Disponível em:<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014.html>>. Acesso em 26 de set. 2017.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROLIM, Marcos. **Mais educação, menos violência:** caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos fins de semana / Marcos Rolim. – Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, p. 130, 2009.

SAMPIERI, Roberto. Hernandez.; COLLADO, Carlos. Fernández.; LUCIO, Pilar. Baptista. **Metodología de la investigación.** México: McGraw-Hill, 2006.

SADER, Emir. **Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade.** In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SALLA, Fernando. *As Prisões em São Paulo: 1822-1930*. São Paulo: FAPESP, 1999.

SALISBURY, Robert H. *The Analysis of Public Policy: A Search for Theories and Roles*. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). *Public Policy: The Essential Readings*. New Jersey: Prentice Hall, 1995. cap. 5, p. 34-37.

SANTIAGO, Ariane de C. Queiroz. **A Qualificação Profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**: um debate necessário. Salvador, [s.n], 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

TAYLOR, Charles. **A Política de Reconhecimento**. Tradução: Marta Machado. Coleção Epistemologia e Sociedade. Instituto Piaget. Lisboa, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini (2011). Inclusão, exclusão, in/exclusão. *Revista Semestral Autogestionária do Nu-Sol*. São Paulo, n.20, p. 121 – 135. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886/111118>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência IV**: os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

ANEXO A- Turmas ofertadas pelo Pronatec (Sistema socioeducativo fechado)



Ministério da
Educação



TURMAS OFERTADAS AO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO FECHADO E AO SISTEMA PRISIONAL SEMIABERTO E FECHADO

1- Pactuação 2012

Os cursos foram ofertados para Sistema Socioeducativo Fechado.

- Centro Socioeducativo Edson Motta (CSE),
- Centro Educacional do Jovem (CEJ),
- Casa Educativa das Mulheres.

Os cursos ofertados para o Sistema Socioeducativo Fechado

- Pintor de Imóveis - 40 alunos matriculados
- Aplicador de Revestimento Cerâmico - 20 alunos
- Atendente de Lanchonete - 20 alunas matriculadas

2- Pactuação 2013

O curso ofertado para o Sistema Prisional Semiaberto

- Pintor de Imóveis - 20 alunos matriculados

3- Pactuação 2014.1

Não oferecemos cursos para o Sistema Socioeducativo Fechado na pactuação 2014.1.

4- Pactuação 2014.2

Os cursos foram ofertados para o: Sistema Socioeducativo Fechado e o Sistema Prisional.

1. Sistema Socioeducativo Fechado:

- Centro Socioeducativo Edson Motta (CSE),
- Centro Educacional do Jovem (CEJ),
- Casa Educativa das Mulheres.

Os cursos ofertados para o Sistema Socioeducativo Fechado:

- Pintor de Obras - 16 alunos matriculados
- Aplicador de Revestimento Cerâmico - 20 alunos
- Recepcionista - 11 alunas matriculadas

Os cursos ofertados para o Sistema Prisional Fechado:

- Pintor de Obras - 20 alunos matriculados

1- Parceiros Demandantes.

- Secretaria do Estado de Administração Penitenciária
- Secretaria do Estado de Desenvolvimento Humano

2- Importância da parceria PRONATEC e os Sistemas socioeducativo Fechado e Prisional.

Entendemos que todo ser humano tem o direito a uma segunda chance na vida. É de suma importância a parceria do PRONATEC na construção de um novo cidadão, por isso entendemos que é através da educação que será aberta uma porta rumo a uma ressocialização. São adolescente, jovens e adultos privados de liberdade, mas não de conhecimento.

O PRONATEC oportuniza a esses cidadãos a chance de se qualificarem e vislumbrarem uma chance no mercado de trabalho ao reconquistarem sua liberdade.

No Plano Pedagógico dos Cursos - PPC ofertados pelo PRONATEC, além das disciplinas técnicas, nos preocupamos em inserir na matriz curricular componentes que irão auxiliar na formação humana, com isso resgatando a autoestima de cada cidadão.

**FRANKLIN GARCIA
FIGUEIREDO**

Coordenador Adjunto do PRONATEC/IFPB, Campus João Pessoa
Portaria 1806/2013-Reitoria

ANEXO B- Cursos oferecidos pelo Campus João Pessoa- Sistema Socioeducativo Fechado- Casa Educativa das Mulheres.



Ministério da
Educação



CURSOS OFERECIDOS PELO CAMPUS JOÃO PESSOA
REGIME SOCIOEDUCATIVO FECHADO-CASA EDUCATIVA DAS MULHERES
(2012-2015)

CURSO	CARGA HORÁRIA	NUMERO DE VAGAS	NUMERO DE MATRÍCULAS	CERTIFICADOS
ATENDENTE DE LANCHONETE T1/2012	160h	20	13	07
RECEPCIONISTA T1/2014	208h	20	11	07
CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM T1/2015	200h	20	14	08

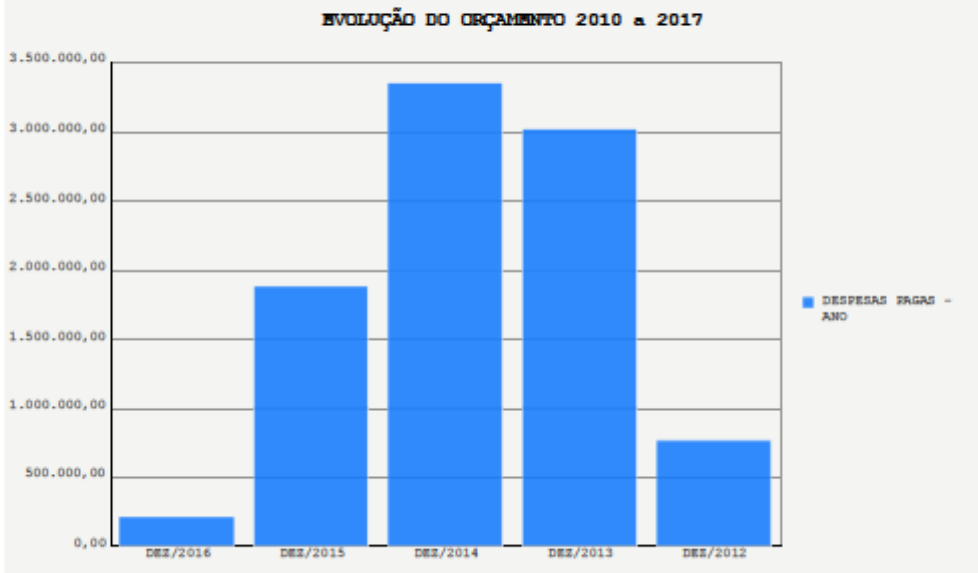
**FRANKLIN GARCIA
FIGUEIREDO**

Coordenador Adjunto do PRONATEC/IFPB, Campus João Pessoa

Portaria 1806/2013-Reitoria

ANEXO C- Evolução do Orçamento – Pronatec – (2012- 2017).

Ação Governo: 20RW, APOIO A FORMACAO PROFISSIONAL, CIENTIFICA E TECNOLOGICA EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO 2010 a 2017



EXERCICIO	DESPESAS PAGAS - ANO
DEZ/2016	208.237,75
DEZ/2015	1.879.099,54
DEZ/2014	3.353.934,72
DEZ/2013	3.025.563,02
DEZ/2012	769.081,83
Total	9.235.916,86

ANEXO D- Carta de Anuência.

**CARTA DE ANUÊNCIA**

Por ter sido informado verbalmente e por escrito sobre os objetivos e metodologia da pesquisa intitulada **Educação e Ressocialização: O desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privadas de liberdade através do Pronatec do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho**, coordenada por Heranir Fernandes de Oliveira, servidor desta instituição de ensino, concordo em autorizar a realização das entrevistas com os seguintes sujeitos: um professor do Campus João Pessoa, um gestor atual do Pronatec e um ex-gestor do Pronatec deste mesmo Campus, nesta instituição que represento.

Esta Instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização está condicionada à aprovação prévia da pesquisa acima citada por um Comitê de Ética em Pesquisa e ao cumprimento das determinações éticas propostas na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e suas complementares.

O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

João Pessoa, 09 de outubro de 2017.



Neitor Cesar dos Santos

Neitor Cesar dos Santos
Diretor Geral
IFPB – Campus João Pessoa

ANEXO E – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas da Saúde da UFPB.

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação e Ressocialização: O desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privadas de liberdade através do Pronatec do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho.

Pesquisador: HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 73927417.6.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.352.774

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO PROFISSIONAL, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, do aluno HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA, sob orientação da professora Mariana Lins de Oliveira.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as ações do Pronatec através do IFPB que visem a ressocialização e a inserção de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no mercado de trabalho local.

Objetivos Secundários:

Analisar a implementação e o desenvolvimento das ações do Pronatec do Instituto Federal da Paraíba durante os anos de 2012 a 2014 junto a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime fechado na Casa Educativa das Mulheres, na cidade de João Pessoa;

Identificar os possíveis desafios enfrentados pela gestão do IFPB no desenvolvimento dessa ação.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.352.774

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Projetos de pesquisa com seres humanos, através de entrevistas, não oferecem riscos à integridade física das pessoas, mas no mínimo podem provocar um desconforto pelo tipo exigido ou até um constrangimento pelo teor dos questionamentos.

Benefícios:

Esta pesquisa propicia a ressocialização de adolescentes do sexo feminino que cumprem medidas socioeducativas, na medida em que contribui para a reintegração desses agentes na sociedade através da educação e da oferta de trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar as ações do Pronatec através do IFPB que visem a ressocialização e a inserção de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no mercado de trabalho local.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA, A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL, PESQUISA NA ÍNTEGRA E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS DADOS FORAM COLETADOS, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista o cumprimento das pendências elencadas no parecer anterior, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.352.774

Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_974975.pdf	16/10/2017 15:48:45		Aceito
Outros	Cartarespostapendencias.docx	16/10/2017 15:27:25	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Roteiroentrevistaprofessor.docx	13/10/2017 10:13:38	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Roteiroentrevistasgestores.docx	13/10/2017 10:12:24	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhado.docx	11/10/2017 12:51:00	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Orçamento	Previsaoorcamentariamodificada.doc	11/10/2017 12:41:36	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Termodeanuencia.pdf	11/10/2017 12:38:59	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	certidaoprovacaoprojeto.pdf	11/10/2017 12:38:01	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	cronogramamodificado.pdf	11/10/2017 12:33:44	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ModelodeTCLE.doc	11/10/2017 12:31:28	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	15/08/2017 16:24:46	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.352.774

Situação do Parecer:
Aprovado

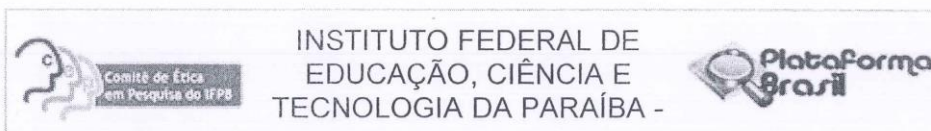
Necessita Apreciação da CONEP:
Não

JOAO PESSOA, 27 de Outubro de 2017

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** eticaccsufpb@hotmail.com

ANEXO F – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação e Ressocialização: O desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privadas de liberdade através do Pronatec do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho.

Pesquisador: HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73927417.6.3001.5185

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.410.683

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO PROFISSIONAL, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, do aluno HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA, sob orientação da professora Mariana Lins de Oliveira.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as ações do Pronatec através do IFPB que visem a ressocialização e a inserção de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no mercado de trabalho local.

Objetivos Secundários:

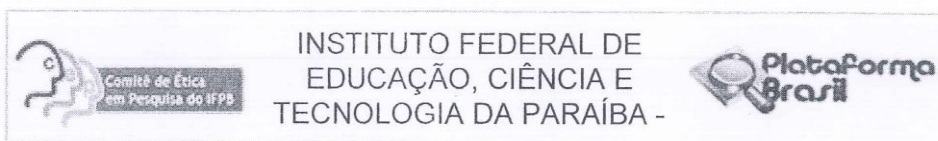
- Analisar a implementação e o desenvolvimento das ações do Pronatec do Instituto Federal da Paraíba durante os anos de 2012 a 2014 junto a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime fechado na Casa Educativa das Mulheres, na cidade de João Pessoa;
- Identificar os possíveis desafios enfrentados pela gestão do IFPB no desenvolvimento dessa ação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Projetos de pesquisa com seres humanos, através de entrevistas, não oferecem riscos à

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 2.410.683

integridade física as pessoas, mas no mínimo podem provocar um desconforto pelo tipo exigido ou até um constrangimento pelo teor dos questionamentos.

Benefícios:

Esta pesquisa propicia a ressocialização de adolescentes do sexo feminino que cumprem medidas socioeducativas, na medida em que contribui para a reintegração desses agentes na sociedade através da educação e da oferta de trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar as ações do Pronatec através do IFPB que visem a ressocialização e a inserção de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no mercado de trabalho local.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termo de Apresentação Obrigatória foram anexados, inclusive o termo de anuência do Diretor Geral do Campus João Pessoa do IFPB.

Recomendações:

Não há.

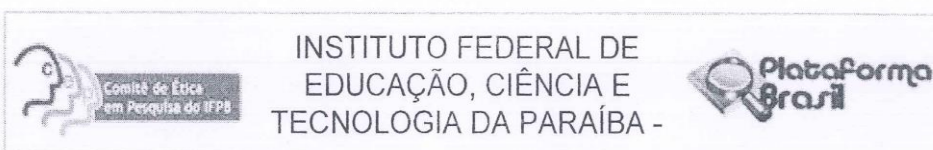
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB discutiu sobre os diversos pontos da análise ética que preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e deliberou o parecer de APROVADO para o referido protocolo de pesquisa.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se à participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/2012 - Item IV.3.d).
- 2- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dever ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 2.410.683

CEP local e da CONEP, quando pertinente (Res. CNS 466/2012 - Item IV.5.d) e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.

3- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou (Res. CNS 466/2012 - Item III.2.u), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.4) que requeiram ação imediata.

4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/2012 Item V.5).

5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

6- Deve ser apresentado ao CEP relatório final até trinta dias após o término do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Cartarespostapendencias.docx	16/10/2017 15:27:25	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Roteiroentrevistaprofessor.docx	13/10/2017 10:13:38	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Roteiroentrevistasgestores.docx	13/10/2017 10:12:24	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura / Investigador	Projetodetalhado.docx	11/10/2017 12:51:00	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Termodeanuencia.pdf	11/10/2017 12:38:59	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	certidaoaprovaoprojeto.pdf	11/10/2017 12:38:01	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	ModelodeTCLE.doc	11/10/2017 12:31:28	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -



Continuação do Parecer: 2.410.683

Ausência	ModelodeTCLE.doc	11/10/2017 12:31:28	HERANIR FERNANDES DE OLIVEIRA	Aceito
----------	------------------	------------------------	-------------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 01 de Dezembro de 2017

Assinado por:
Aleksandro Guedes de Lima
(Coordenador)

Endereço: Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe
Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre “Educação e Ressocialização: O desafio da oferta de formação profissional e tecnológica para adolescentes privadas de liberdade através do Pronatec do IFPB e sua inserção no mercado de trabalho” e está sendo desenvolvida pelo pesquisador Heranir Fernandes de Oliveira aluno do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba sob a orientação da Prof. Doutora Mariana Lins de Oliveira.

Os objetivos do estudo são: Analisar a implementação e o desenvolvimento das ações do Pronatec durante os anos de 2012 a 2014 junto a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime fechado na Casa Educativa das Mulheres, na cidade de João Pessoa; Identificar os possíveis desafios enfrentados pela gestão no desenvolvimento dessa ação no âmbito do Campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a formação profissional dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Com a sua participação, esperamos obter uma compreensão avaliativa do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Pronatec. Esperamos também que os resultados dessa pesquisa possam contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de educação e inclusão no âmbito do IFPB.

Solicitamos a sua colaboração para realização da entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica (*se for o caso*). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

A entrevista será realizada em sala reservada e será gravada. Os dados da gravação serão transcritos e armazenados em arquivos digitais, com permissão de acesso somente ao pesquisador responsável e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 da CONEP/MS. No caso da entrevista, poderá causar alguma forma de inibição ou de desconforto nos professores pelo fato de a mesma ser gravada. No entanto, garantimos que a pesquisa transcorrerá considerando o anonimato dos participantes.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (*se for o caso*).

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador: Heranir Fernandes de Oliveira. Endereço (Setor de Trabalho): Reitoria do IFPB: Rua João da Mata, nº 256. Diretoria de Comunicação Social. Fone: 99989-3637. Ou Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE B -Roteiro de Entrevista – Gestores

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

QUANTO À OFERTA DE CURSOS DO PRONATEC PELO IFPB PARA ADOLESCENTES MULHERES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

- 1) Qual a importância da adesão do IFPB ao Pronatec junto ao público do sistema socioeducativo fechado?
- 2) No caso específico de adolescentes em medidas socioeducativas, como você avalia a oferta de cursos profissionalizantes pelo Pronatec?
- 3) Você considera que as adolescentes em medidas socioeducativas que concluíram os cursos do Pronatec têm mais vantagem em ingressar no mercado de trabalho, do que aquelas que não chegaram a fazer um curso pelo programa? Por que?
- 4) Você acredita que a formação recebida pelo Pronatec contribui para a ressocialização das adolescentes do sistema socioeducativo fechado?
- 5) O fato das adolescentes terem passado por um programa voltado à reintegração social enquanto estavam privadas de liberdade influencia na trajetória pós-prisional desses indivíduos?
- 6) De um modo geral como se dá a execução do Pronatec para este público específico?
- 7) Que mecanismos de controle o IFPB dispõe para a condução dessa política pública?
- 8) E quanto à ressocialização destas jovens, que tipo de acompanhamento o IFPB proporciona com relação ao mercado de trabalho?
- 9) Que sugestões você teria para garantir essa inserção das adolescentes no mundo do trabalho.
- 10) Você aponta alguma dificuldade do IFPB para a execução do Pronatec com foco nas adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em João Pessoa?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista – Professor

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA -CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL

QUANTO À OFERTA DE CURSOS DO PRONATEC PELO IFPB PARA ADOLESCENTES MULHERES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

- 1) Qual a importância da adesão do IFPB ao Pronatec junto ao público do sistema socioeducativo fechado?
- 2) No caso específico de adolescentes em medidas socioeducativas, como você avalia a oferta de cursos profissionalizantes pelo Pronatec?
- 3) Você considera que as adolescentes em medidas socioeducativas que concluíram os cursos do Pronatec têm mais vantagem em ingressar no mercado de trabalho, do que aquelas que não chegaram a fazer um curso pelo programa? Por que?
- 4) Você acredita que a formação recebida pelo Pronatec contribui para a ressocialização das adolescentes do sistema socioeducativo fechado?
- 5) O fato das adolescentes terem passado por um programa voltado à reintegração social enquanto estavam privadas de liberdade influencia na trajetória pós-prisional desses indivíduos?
- 6) Que sugestões você teria para garantir essa inserção das adolescentes especificamente no mundo do trabalho.
- 7) Você teve alguma dificuldade em ministrar as aulas para as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em João Pessoa? Quais?
- 8) Como você avalia de modo geral a execução do Pronatec?